Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras F-3
Relatório da Administração F-10
Balanços Patrimoniais F-16
Demonstrações dos Resultados F-18
Demonstrações dos Resultados Abrangentes F-19
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido F-20
Demonstrações dos Fluxos de Caixa F-21
Demonstrações do Valor Adicionado F-22
Notas Explicativas F-24

1. *Contexto operacional*
2. *Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras*
3. *Informações materiais das políticas contábeis*
4. *Mudanças nas práticas contábeis e divulgações*
5. *Gestão de risco*
6. *Principais julgamentos e estimativas contábeis*
7. *Caixa e equivalentes de caixa*
8. *Aplicações financeiras*
9. *Caixa restrito*
10. *Contas a receber de clientes*
11. *Saldos e transações com partes relacionadas*
12. *Investimentos*
13. *Ativo de contrato e outros ativos da concessão*
14. *Intangível*
15. *Ativo financeiro da concessão*
16. *Imobilizado*
17. *Empréstimos e financiamentos*
18. *Instrumentos financeiros*
19. *Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge*
20. *Impostos e contribuições*
21. *PIS e Cofins Diferidos*
22. *Impostos e contribuições diferidos*
23. *Provisões*
24. *Obrigações sociais e trabalhistas*
25. *Obrigações previdenciárias*
26. *Serviços a pagar*
27. *Patrimônio líquido*
28. *Lucro por ação*
29. *Informações por segmento de negócios*
30. *Receitas operacionais*
31. *Custos e despesas operacionais*
32. *Resultado financeiro líquido*
33. *Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*
34. *Compromissos*
35. *Informações suplementares aos fluxos de caixa*
36. *Eventos subsequentes*

Declaração dos Diretores F-117
Parecer do Conselho Fiscal F-119
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria F-120

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ativo de Contrato relacionado aos contratos de concessão

Conforme mencionado na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Ativo de Contrato relacionado aos contratos de concessão é reconhecido pelo seu valor justo durante o período de construção. Tal Ativo de Contrato representa o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente no âmbito dos contratos de concessão vigentes. Os gastos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão são parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada dos consumidores finais e da indenização a ser recebida pela Companhia ao final dos contratos de concessão. Conforme mencionado na nota explicativa 13 (i), as adições ao Ativo de Contrato no ano somam R$14.430.593 mil na controladora e R$14.437.363 mil no consolidado.

Essas transações reconhecidas no Ativo de Contrato envolvem valores relevantes, são descentralizadas em diversos munícipios/projetos, possuem altos volumes transacionados e requerem julgamento na determinação dos gastos que se qualificam como investimentos na infraestrutura da concessão e que são passíveis de capitalização. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Shape the future
with confidence

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre o Ativo de Contrato relacionado aos contratos de concessão incluíram, entre outros, análise da natureza dos dispêndios realizados na construção das infraestruturas durante o exercício, observando a aderência aos contratos de concessão vigentes e às normas contábeis aplicáveis; revisão da base de fornecedores e seleção de amostragem para testes de detalhes sobre os fornecedores que apresentaram maior volumetria (valor ou recorrência) de transações ao longo do exercício, aplicando critérios de imprevisibilidade em nossa amostra; avaliação da competência e reputação dos principais fornecedores, através de pesquisas de mídia, listas restritivas e situação cadastral; inspeção física das obras em andamento, selecionadas por critérios de relevância e imprevisibilidade, observando a existência dos ativos/infraestruturas que estão em fase de construção; confirmação externa junto aos fornecedores que apresentaram maior movimentação ao longo do exercício (valor ou recorrência); execução de testes sobre lançamentos contábeis *(journal entries)*, observando débitos na conta de ativo de contrato que possuem contrapartidas não relacionadas à natureza da transação; e, avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o Ativo de Contrato relacionado aos contratos de concessão, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Receita de serviços de saneamento

Conforme mencionado na nota explicativa 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as receitas provenientes da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário que compõem a receita operacional líquida individual e consolidada são reconhecidas conforme o consumo de água ou pela prestação de serviços, compreendendo, também, as receitas não faturadas que representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas não foi faturado até o final de cada exercício e são reconhecidas com base em estimativas. Essas receitas envolvem transações em montantes pulverizados e em grande volume, além disso, o processo de mensuração das receitas não faturadas envolve julgamento da diretoria, tendo em vista a determinação das estimativas realizadas para identificar e mensurar o montante de fornecimento de água e esgotamento sanitário realizado e não faturado ao final do exercício. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Shape the future with confidence

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre a receita de serviços de saneamento incluíram, entre outros, execução de testes de correlação de lançamentos contábeis *(journal entries)* entre as contas de receita, contas a receber e caixa; realização de testes de ancoragem *(anchor testing)* sobre as entradas de caixa utilizadas na liquidação de contas a receber; execução de procedimentos de corte para a competência (*cut-off)*, incluindo a revisão de transações próximas à data de encerramento do exercício; análise da movimentação da receita, do contas a receber e do caixa por meio de procedimentos substantivos analíticos; testes de saldos devedores registrados nas contas de receita, observando eventuais transações sem contrapartidas coerentes com a natureza da operação e dos negócios da Companhia; realização de procedimentos substantivos analíticos sobre a receita não faturada e recálculo para uma amostra de faturas; e, avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita de serviços de saneamento, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e estimativas adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 30, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 24 de março de 2025, sem modificação.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Shape the future
with confidence

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Uilian Dias Castro de Oliveira
Contador CRC SP-223185/O

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 marcou o primeiro ciclo completo após a desestatização da Sabesp e consolidou um período de transformações profundas na Companhia. Avançamos com velocidade, disciplina e consistência, entregando resultados concretos e executando com rigor o nosso plano de universalização.

Nossa atuação esteve ancorada em três prioridades centrais: (i) o cumprimento integral das exigências do novo contrato de concessão (novas economias de água e esgoto e, fator de qualidade do serviço), acelerando investimentos na universalização e aprimorando nossa aderência ao arcabouço regulatório; (ii) o aumento da eficiência operacional e comercial, elevando padrões de qualidade, confiabilidade e atendimento; e (iii) o fortalecimento da eficiência financeira e da governança corporativa, abrangendo pessoas, processos e tecnologia.

Ao longo do ano, investimos R$ 15,2 bilhões em obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário, superando todas as metas de Fator-U do ciclo 2024-25, com 152% da meta de Economias de Água, 133% da meta de Economias de Esgoto e 134% da meta de Economias para Tratamento de Esgoto. Esses investimentos se traduziram em saúde, dignidade e qualidade de vida para as cerca de 1,8 milhão de pessoas que receberam acesso à água tratada, para 2,1 milhões de pessoas que passaram a ter coleta de esgoto e para as cerca de 3,8 milhões de novas pessoas que hoje tem seu esgoto tratado. Além disso, impulsionamos a economia local com a geração de mais de 40.000 empregos diretos e indiretos ao longo do ano.

No âmbito operacional, alcançamos resultados importantes, com evolução de 2 pontos no NPS (Net Promoter Score) vs. 2024, o que demonstra uma melhoria contínua na experiência do cliente. Modernizamos nosso parque de medidores, com a instalação de aproximadamente 1,5 milhão de novos medidores no ano, ao mesmo tempo em que celebramos contrato para o que será o maior projeto de medição inteligente do mundo no setor de água: 4,4 milhões de medidores com IoT até 2029, apoiados por R$ 3,8 bilhões em investimentos já contratados.

Na frente corporativa, demos passos importantes na consolidação da Nova Cultura Sabesp e avançamos no programa Sabesp Gente, com a chegada de 120 estagiários, 380 aprendizes e o lançamento do primeiro programa de trainee, que selecionou 22 novos talentos. Otimizamos nosso quadro de colaboradores, terminando o ano com 9.204 Sabespiano/as, uma redução de 13% em relação à dezembro de 2024. Também concluímos o primeiro ciclo integral de Orçamento Base Zero, com redesenho de contas e centros de custo, reforçando nossa governança interna e disciplina orçamentária.

Em sustentabilidade, 2025 representou um salto de ambição. Formalizamos nossa rota de descarbonização para 2035, estabelecendo metas robustas de redução absoluta e relativa de emissões de gases de efeito estufa (41%), mesmo em um contexto de expansão significativa do volume de esgoto tratado em direção à universalização e com isso fomos agraciados com o reconhecimento do CDP melhorando nossa nota de "C" para "B".

Seguimos olhando para o futuro com responsabilidade, senso de urgência e visão de longo prazo: A aquisição da EMAE representou um movimento decisivo para fortalecer a segurança hídrica no médio e longo prazo. Com a Billings, poderemos aumentar nossa capacidade de reservação de água em 52% e integrar ativos essenciais de água e energia, criando sinergias diretas com programas estruturantes como o Integra Tietê — voltado à ampliação de capacidade, aumento da transferência entre bacias e maior resiliência frente à variabilidade climática. Em paralelo, ampliamos nossa estratégia de transição energética, com projetos de autoprodução que totalizam 186 MWm contratados, reforçando a sustentabilidade financeira, reduzindo emissões e conferindo maior previsibilidade ao custo de energia.

Esses avanços demonstram como estamos preparando a Sabesp para operar com ainda mais eficiência, resiliência e impacto positivo nas próximas décadas, combinando investimentos estruturantes, modernização operacional e governança fortalecida. Agradecemos a todos os nossos stakeholders — colaboradores, parceiros, reguladores, clientes, fornecedores, investidores e

[1]Anexo VII do contrato de concessão - https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1

às comunidades que servimos — pelo apoio, confiança e diálogo contínuo que têm sustentado esta jornada de transformação e entrega.

VISÃO GERAL

A Sabesp tem como propósito conectar pessoas a um futuro melhor, oferecendo serviços essenciais com excelência e com compromisso com a saúde pública e a preservação do meio ambiente. Somos uma das maiores empresas de saneamento do mundo em número de clientes, atendendo, em 2025, aproximadamente 30 milhões de pessoas com abastecimento de água e 27 milhões com serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Além de operar diretamente em 375 municípios, a Companhia mantém participação minoritária em três empresas prestadoras de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como em outras seis empresas que atuam nos setores de energia, pavimentação e serviços complementares de saneamento. Informações detalhadas sobre essas investidas estão apresentadas na Nota Explicativa 12 da DFP-2025.

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da B3, sob o código SBSP3, desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), na forma de American Depositary Receipts ("ADRs") Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

PESSOAS E CULTURA

Em 2025, a Sabesp avançou na consolidação de uma Nova Cultura, reforçando nossa essência e dando sustentação às transformações em curso. O processo foi construído a partir de ampla escuta e análise interna, alinhando o propósito de conectar pessoas a um futuro melhor com práticas que asseguram excelência operacional, responsabilidade socioambiental e impacto positivo para a sociedade.

A nova cultura resultou da participação ativa de diversas áreas e níveis organizacionais, consolidando direcionadores que orientam nossa atuação — foco no cliente, colaboração baseada em confiança, protagonismo com visão do todo, ética e entrega com propósito. Mais do que valores, esses princípios fortalecem a coerência entre estratégia e comportamento e sustentam uma Sabesp mais moderna, ágil e preparada para os desafios de nosso setor.

No campo de gestão de pessoas, o Programa Sabesp Gente deu suporte a essa jornada cultural, com iniciativas de atração e renovação de talentos e de gestão sustentável da força de trabalho. Em 2025, a Companhia contratou 120 estagiários, 380 aprendizes e lançou seu primeiro programa de trainee, com 22 novos talentos, além de instituir um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV) para apoiar transições de carreira. Essas ações combinam a experiência do corpo técnico com a energia das novas gerações, fortalecendo nossa capacidade de execução no ciclo de universalização.

Por meio da Nova Cultura e do Sabesp Gente, reforçamos um ambiente em que comportamentos desejados são reconhecidos, talentos têm espaço para crescer e decisões são guiadas por propósito, ética e responsabilidade com as pessoas e com as próximas gerações. Essa base cultural é fundamental para assegurar que a Sabesp avance com consistência, alinhando excelência operacional, sustentabilidade e valorização de seu capital humano.

SUSTENTABILIDADE

A estratégia ESG evoluiu substancialmente em 2025. No eixo climático, a Sabesp formalizou metas de redução de emissões até 2035: (i) em 41% a intensidade de emissões (tCO_2e/mil m^3 de esgoto tratado), (ii) em 15% as emissões combinadas totais dos escopos 1, 2 e 3, e (iii) em 43% emissões do escopo 2 por meio de autoprodução e aquisição de energia limpa. Essas metas convivem com a expansão de volumes de tratamento, provando que é possível crescer com menor intensidade carbônica.

[1]Anexo VII do contrato de concessão - https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1

Para viabilizar a transição energética, foram firmados contratos definitivos de autoprodução com Casa dos Ventos (126 MWm) e Engie (60 MWm), além de 32 usinas fotovoltaicas já comissionadas (44 MWp em operação). Tais iniciativas reduzem custos, volatilidade e emissões, reforçando a resiliência do negócio.

Além disso, nas estações de tratamento de esgoto (ETEs) Barueri, São Miguel e Lavapés, estamos avançando na implementação de soluções com foco na redução de custos operacionais e no aumento da eficiência energética. Entre as principais iniciativas, destacam-se: (i) Aproveitamento do biogás, com a produção e utilização do gás gerado no próprio processo para geração de energia elétrica, e secagem térmica do lodo, utilizando o calor proveniente da queima do biogás, e (ii) Implantação de um lododuto na ETE Parque Novo Mundo, com a migração do transporte de lodo do modal rodoviário para duto, que permitirá redução de custos logísticos, maior confiabilidade operacional e diminuição significativa da pegada de carbono.

Do ponto de vista de resiliência e segurança hídrica, seguimos fortalecendo o Sistema Integrado Metropolitano por meio de ampliações de reservação, aumento da capacidade de transferências entre sistemas, projetos de incremento de produção e reuso indireto de água. Até 2030, prevemos adicionar pelo menos 12,8 m³/s de capacidade por meio de retrofits, ampliações, três projetos de reuso indireto, a reativação da interligação Billings–Taiaçupeba e a transferência Paraíba do Sul–Alto Tietê, com CapEx estimado em R$ 8,2 bilhões (antecipado do segundo ciclo tarifário).

Em governança e transparência, obtivemos nota B no CDP Clima, um avanço em comparação ao ano de 2024, refletindo evolução em riscos e oportunidades climáticas.

SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não contratou serviços que não o de auditoria junto a seus auditores externos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2025, a Sabesp atingiu R$ 37,6 bilhões de receita líquida (+4% vs. 2024) e R$ 8,5 bilhões de Lucro Líquido (-12% vs. 2024). Importante ressaltar que, em 2024, houve a bifurcação do ativo financeiro gerando um ganho no Lucro Líquido da Companhia de cerca de R$ 5,5 bilhões. Ajustando o efeito da atualização do ativo financeiro, o Lucro Líquido da Companhia foi de R$ 6,3 bilhões, aumento de 22% a/a. Por fim, a Companhia anunciou a distribuição de R$ 1,8 bilhões a seus acionistas em forma JCP.

Bifurcação do Ativo Financeiro (Indenização)

Em 2024, com a conclusão do processo de desestatização e a assinatura do contrato com a URAE-1, em 23 julho de 2024, a Companhia registrou a bifurcação do ativo financeiro para os ativos relacionados à concessão, anteriormente classificados somente como intangíveis. O ativo financeiro se refere aos investimentos reversíveis e não totalmente amortizados até o final do contrato (outubro de 2060), que serão indenizados conforme previsto no contrato da URAE-1. O registro deste ativo financeiro gerou os seguintes impactos no ano de 2024: R$ 9.151 milhões na receita bruta, R$ 5.481 no lucro líquido. Para maiores detalhes vide Nota 16 da DFP 2024.

A receita líquida dos serviços de saneamento apresentou aumento de 2,2% a/a em 2025, atingindo R$ 22,2 bilhões explicados por:

- **+3,7% em preço líquido:** remoção de descontos em clientes de Demanda firme;
- **+2,4% em volume faturado:** crescimento de novas economias;
- **(1,8)% em mix:** crescimento de economias vulneráveis com acesso a tarifa subsidiada (de 2,0M para 3,2M cadastros, na média ano);
- **(2,1)% FAUSP:** em 2024 Fausp iniciado somente no 2º semestre e revisão de alíquota em ago/2025;

[1]Anexo VII do contrato de concessão - https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1

	Volume Faturado (milhões de m³)			Tarifa média (R$/m³)		
Categoria	**2025**	**2024**	**%**	**2025**	**2024**	**%**
Residencial	3.764	3.683	2,2	4,07	4,22	(3,4)
Comercial	396	386	2,4	14,78	14,28	3,5
Industrial	74	74	(0,2)	19,23	16,94	13,5
Total varejo	**4.233**	**4.143**	**2,2**	**5,34**	**5,38**	**(0,8)**
Atacado	54	60	(10,1)	2,78	2,56	8,8
Outras[1]	120	113	6,3	18,15	18,87	(3,8)
Total Geral Consolidado	**4.407**	**4.316**	**2,1**	**5,66**	**5,70**	**(0,7)**

CUSTOS E DESPESAS

Em 2025 os custos e despesas atingiram R$ 11,2 bilhões, melhora de 13,8% em comparação a 2024 devido principalmente às evoluções nas linhas de: (i) despesas gerais (-54,5% a/a) referentes a antecipações de repasses a fundos municipais (FMSAI); (ii) materiais gerais (-29,3% a/a) devido à padronização de processos e revisão de contratos ao longo do ano; e (iii) pessoal (-9,9% a/a) devido à redução de 13% do quadro de colaboradores.

INVESTIMENTOS

Em 2025, o CAPEX totalizou R$ 15.202 milhões, um aumento de 120% em relação ao mesmo período do ano anterior. Até o final do primeiro ciclo tarifário, em 2029, a Companhia estima um investimento de cerca de R$ 70 bilhões para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 371 municípios que compõem a URAE-1.

	2025	2024	Var. (R$)	%
Água	4.921	2.891	2.030	70,2
Esgoto	10.280	4.020	6.260	155,7
Total	**15.202**	**6.911**	**8.290**	**120,0**

ALAVANCAGEM E ESTRUTURA DE CAPITAL

No ano de 2025 a Sabesp emitiu R$ 18,7 bilhões em dívidas voltadas para financiar os investimentos em universalização. Além disso, o ano de 2025 foi focado em redução dos custos das dívidas, que terminou o ano em CDI – 0,20%, e alongamento de prazos, sendo 5,6 anos o prazo médio de vencimento das dívidas ao final de 2025.

Mesmo com as captações do ano, o Índice de Alavancagem da Companhia apresentou aumento a/a de apenas 5 pontos percentuais devido à forte geração de caixa no ano. O *ratio* dívida líquida/EBITDA Ajustado ficou em 2.2x patamar saudável para empresas do setor.

R$ milhões	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Total de empréstimos e financiamentos (Dívida Bruta)	40.142	25.258

[1]Anexo VII do contrato de concessão - https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1

(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.663)	(1.683)
(-) Aplicações financeiras	(7.708)	(3.700)
(=) Dívida líquida	**27.771**	**19.876**
(+) Total do Patrimônio Líquido	42.401	36.928
(=) Capital Total	**70.172**	**56.804**
Índice de Alavancagem	**40%**	**35%**

A Companhia entende que sua estrutura de capital é adequada às atividades por ela desenvolvidas e ao seu setor. Essas métricas de capitalização têm, historicamente, permitido à Companhia acessar o mercado de capitais, instituições multilaterais e bancos, lidar com os atuais níveis de investimentos e, ao mesmo tempo, melhorando o perfil de dívida, com financiamentos de longo prazo e baixo custo.

Em 31/12/25, o patrimônio líquido da Companhia atingiu R$ 42,4 bilhões (+15% vs 2024). Tal variação decorre dos lucros gerados e não distribuídos no ano de 2025:

R$ milhões	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital de terceiros – Circulante	5.093	3.134
Capital de terceiros – Não circulante	35.049	22.124
Capital Próprio – Patrimônio Líquido	42.401	36.928
Capitalização total	**82.543**	**62.186**

PAGAMENTO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP)

Em 18 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o creditamento de juros sobre capital próprio no valor bruto total de R$ 1.798.000, correspondentes a R$ 2,643892990 por ação, e que serão pagos em 30 de abril de 2026, conforme divulgado ao mercado.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 12 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou o Plano de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de até 6.904.170 ações ordinárias (aproximadamente 1% do total, em bases totalmente diluídas) no prazo de 18 meses (de 13/05/2025 a 12/11/2026), com a finalidade principal de atender aos planos de incentivo de longo prazo (Ações Restritas e Ações de Performance) aprovados em 29/04/2025, facultando ainda a manutenção das ações em tesouraria para posterior cancelamento ou alienação. Na data da aprovação, o capital social era composto por 683.509.868 ações ordinárias (e 1 ação preferencial de classe especial), sem ações em tesouraria. As aquisições foram e serão realizadas em ambiente de bolsa na B3.

Com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía: (a) 703.773.869 ações de sua emissão em circulação, de acordo com a definição do art. 67 da Resolução CVM nº 80/22; e (b) 3.554.431 ações de sua emissão em tesouraria, representativas de, aproximadamente, 0,5% do total de suas ações em circulação.

AUMENTO DE CAPITAL

Na mesma reunião de 18 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital no montante de R$ 2.810.000 dentro do limite do capital autorizado, mediante a capitalização de parte do saldo de reservas de lucros, com emissão de 20.264.000 novas ações ordinárias (nominativas e sem valor nominal), a serem distribuídas gratuitamente aos acionistas

[1]Anexo VII do contrato de concessão - https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1

na proporção de 0,029646975 nova ação para cada ação ordinária detida na posição de 23/12/2025, nos termos do art. 169 da Lei 6.404/76. Os lucros capitalizados referem-se a períodos anteriores a 2024.

[1]Anexo VII do contrato de concessão - https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e47ee51-f833-4a23-af98-2bac9e54e0b3/313e48ec-c046-294e-653b-007c9b9ec928?origin=1

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.569.998	1.681.204	4.663.226	1.682.606
Aplicações financeiras	8	7.693.630	3.694.029	7.707.745	3.699.694
Contas a receber de clientes	10 (a)	4.406.829	3.887.952	4.413.449	3.894.557
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	276.282	319.514	276.388	319.546
Estoques		21.863	10.524	22.061	10.818
Caixa restrito	9	9.575	37.715	9.575	37.715
Impostos a recuperar	20 (a)	1.295.237	800.797	1.295.310	800.811
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	67.440	-	67.440
Ativos mantidos para venda		26.864	-	26.864	-
Outros ativos		159.500	99.582	141.892	95.673
Total do ativo circulante		**18.459.778**	**10.598.757**	**18.556.510**	**10.608.860**
Ativo Não circulante					
Aplicações financeiras	8	-	769.057	-	769.057
Contas a receber de clientes	10 (a)	258.544	327.798	258.544	327.798
Saldos com partes relacionadas	11 (a)	862.782	908.875	862.782	908.875
Depósitos judiciais		120.021	139.222	120.021	139.222
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA		2.250	1.993	2.250	1.993
Outros ativos		31.259	306.085	31.259	135.227
Investimentos	12	494.088	215.803	254.358	215.803
Propriedades para investimento		49.933	46.630	49.933	46.630
Ativo de contrato e outros ativos da concessão	13	11.006.489	4.872.410	11.018.516	4.877.667
Ativo financeiro da concessão	15	21.665.330	17.601.626	21.665.330	17.601.626
Intangível	14	50.354.751	44.628.468	50.492.473	44.771.124
Imobilizado	16	890.791	561.548	890.791	561.548
Total do ativo não circulante		**85.736.238**	**70.379.515**	**85.646.257**	**70.356.570**
Total do Ativo		**104.196.016**	**80.978.272**	**104.202.767**	**80.965.430**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo Circulante					
Empreiteiros e fornecedores		2.398.445	768.371	2.400.046	766.609
Serviços a pagar	26	2.767.899	1.434.998	2.772.416	1.438.507
Empréstimos e financiamentos	17	5.132.890	3.133.850	5.092.816	3.133.850
Obrigações sociais e trabalhistas	24	699.629	1.286.193	699.629	1.286.193
Impostos e contribuições a recolher	20 (b)	614.078	589.110	615.592	591.271
PIS e Cofins diferidos	21	89.049	-	89.049	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	27 (c)	2.059.850	2.275.890	2.059.850	2.275.890
Provisões	23 (a)	1.370.013	1.546.184	1.370.013	1.546.185
Parceria Público-Privada – PPP	14 (c)	469.687	452.323	469.687	452.323
Instrumentos financeiros derivativos	19	521.832	-	661.421	-
Contratos de Performance	14 (f)	120.776	287.109	120.776	287.109
Outras obrigações		201.620	194.293	201.619	194.308
Total do passivo circulante		**16.445.768**	**11.968.321**	**16.552.914**	**11.972.245**
Passivo Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	35.168.713	22.124.447	35.049.531	22.124.447
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (a)	3.129.908	2.661.891	3.129.908	2.661.891
PIS/Cofins diferidos	21	1.191.916	1.117.804	1.191.916	1.117.804
Provisões	23 (a)	533.399	895.495	533.399	895.495
Obrigações previdenciárias	25	2.140.161	1.931.145	2.140.161	1.931.145
Parceria Público-Privada – PPP	14 (c)	2.856.008	2.853.896	2.856.008	2.853.896
Contrato de performance	14 (f)	6.151	137.441	6.151	137.441
Outras obrigações		322.868	359.778	341.655	343.012
Total do passivo não circulante		**45.349.124**	**32.081.897**	**45.248.729**	**32.065.131**
Total do passivo		**61.794.892**	**44.050.218**	**61.801.643**	**44.037.376**
Patrimônio líquido					
Capital social	27 (a)	21.210.000	15.000.000	21.210.000	15.000.000
Reservas de capital	27 (d)	30.219	-	30.219	-
Reservas de lucros		21.518.212	21.647.715	21.518.212	21.647.715
Ações em tesouraria		(475.385)	-	(475.385)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		118.078	280.339	118.078	280.339
Total do patrimônio líquido	27	**42.401.124**	**36.928.054**	**42.401.124**	**36.928.054**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**104.196.016**	**80.978.272**	**104.202.767**	**80.965.430**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	30	38.049.567	36.106.921	38.092.050	36.145.477
Custo operacional	31	(23.960.423)	(16.580.263)	(23.991.688)	(16.603.073)
Lucro bruto		**14.089.144**	**19.526.658**	**14.100.362**	**19.542.404**
Despesas de vendas	31	(742.111)	(916.404)	(743.276)	(917.589)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	10 (c)	(61.450)	(557.126)	(62.067)	(557.789)
Despesas administrativas	31	(1.010.532)	(2.307.452)	(1.018.282)	(2.311.438)
Outras receitas (despesas) operacionais. líquidas	33	273.071	(280.450)	274.731	(280.450)
Equivalência patrimonial	12	48.644	21.622	48.153	35.322
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**12.596.766**	**15.486.848**	**12.599.621**	**15.510.460**
Resultado financeiro. líquido	32	(900.253)	(1.848.591)	(897.770)	(1.867.652)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**11.696.513**	**13.638.257**	**11.701.851**	**13.642.808**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	22 (c)	(2.736.903)	(1.298.097)	(2.742.241)	(1.302.648)
Diferido	22 (c)	(497.551)	(2.760.597)	(497.551)	(2.760.597)
		(3.234.454)	(4.058.694)	(3.239.792)	(4.063.245)
Lucro líquido do exercício		**8.462.059**	**9.579.563**	**8.462.059**	**9.579.563**
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	28	12,37	14,02	12,37	14,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora e Consolidado	
		2025	2024
Lucro líquido do período		**8.462.059**	**9.579.563**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:		(162.261)	133.977
Ganhos e (perdas) acumuladas sobre hedge de fluxo de caixa, líquidos de impostos	20	8.350	(8.350)
Ganhos e (Perdas) Atuariais sobre Planos de Benefícios Definidos, líquidos de impostos	25	(170.611)	142.327
Resultado abrangente total do período		**8.299.798**	**9.713.540**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
				Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Dividendo mínimo complementar			
Controladora										
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**15.000.000**	**-**	**-**	**1.864.605**	**12.753.361**	**93.048**	**-**	**146.362**	**29.857.376**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	9.579.563	-	9.579.563
Ganhos e perdas de instrumentos financeiros	19	-	-	-	-	-	-	-	(8.350)	(8.350)
Ganhos e (perdas) atuariais	25	-	-	-	-	-	-	-	142.327	142.327
Total do resultado abrangente do período		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.579.563**	**133.977**	**9.713.540**
Reserva legal	27 (d)	-	-	-	478.978	-	-	(478.978)	-	-
Juros sobre o capital próprio (R$ 2.28 por ação)	27 (c)	-	-	-	-	-	-	(1.556.454)	-	(1.556.454)
Dividendos do próprio exercício (R$ 1.05 por ação)	27 (c)	-	-	-	-	-	-	(718.692)	-	(718.692)
Dividendos mínimos complementares de 2023. aprovados (R$ 0.14 por ação)	27 (c)	-	-	-	-	-	(93.048)	-	-	(93.048)
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(274.668)	-	(274.668)
Transferências para reserva de investimentos	27 (e)	-	-	-	-	6.550.771	-	(6.550.771)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**15.000.000**	-	-	**2.343.583**	**19.304.132**	-	-	**280.339**	**36.928.054**
Controladora e Consolidado										
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	8.462.059	-	8.462.059
Ganhos e perdas de instrumentos financeiros	19	-	-	-	-	-	-	-	8.350	8.350
Ganhos e (perdas) atuariais	25	-	-	-	-	-	-	-	(170.611)	(170.611)
Total do resultado abrangente do período		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**8.462.059**	**(162.261)**	**8.299.798**
Aumento de Capital	27 (b)	6.210.000	-	-	-	(6.210.000)	-	-	-	-
Ações em tesouraria	27 (h)	-	(475.385)	-	-	-	-	-	-	(475.385)
Plano de incentivo a longo prazo	27 (i)	-	-	30.219	-	-	-	-	-	30.219
Constituição de Reservas	27 (d)	-	-	-	423.103	-	-	(423.103)	-	-
Juros sobre capital próprio (19/12/2025)	27 (c)	-	-	-	-	-	-	(1.528.300)	-	(1.528.300)
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios (19/12/2025)	27 (c)	-	-	-	-	-	-	(269.701)	-	(269.701)
Juros sobre capital próprio	27 (c)	-	-	-	-	-	-	(481.439)	-	(481.439)
IRRF s/juros s/capital próprio atribuídos como dividendos mínimos obrigatórios	27 (c)	-	-	-	-	-	-	(102.122)	-	(102.122)
Transferências para reserva de investimentos	27 (e)	-	-	-	-	5.657.394	-	(5.657.394)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**21.210.000**	**(475.385)**	**30.219**	**2.766.686**	**18.751.526**	**-**	**-**	**118.078**	**42.401.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais **(continuação)**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**11.696.513**	**13.638.257**	**11.701.851**	**13.642.808**
Ajustes para reconciliação do lucro líquido:				
Depreciação e amortização	2.203.829	2.671.709	2.208.762	2.676.642
Valor residual do imobilizado. intangível e propriedades para investimentos baixados	162.120	171.173	162.121	171.173
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	61.450	557.126	62.067	557.789
Provisões e variações monetárias de provisões	(241.134)	801.179	(241.134)	801.179
Juros calculados sobre empréstimos e financiamentos a pagar	3.571.181	1.796.070	3.571.181	1.796.070
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	-	528.935	-	528.935
Juros e variações monetárias líquidas	(2.815.102)	(237.136)	(2.816.414)	(237.617)
Intrumentos financeiros derivativos e marcação a mercado	123.880	(300.155)	123.880	(300.155)
Encargos financeiros de clientes	(420.949)	(437.811)	(420.962)	(437.811)
Margem de construção sobre ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão	-	(139.856)	-	(139.976)
Provisão para Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Programa de Retenção do Conhecimento (PRC) e Programa de Desligamento Incentivado (PDI) e (PDV) Programa de Delisgamento Voluntário	105.187	354.078	105.187	354.078
Resultado da equivalência patrimonial	(48.644)	(21.622)	(48.153)	(35.322)
Juros e variação monetária PPP	499.968	589.330	499.968	589.330
Repasses Municipais	594.688	309.807	595.045	309.807
Obrigações previdenciárias	175.778	161.505	175.778	161.505
PIS e Cofins diferidos sobre ativo financeiro da concessão	179.084	822.482	179.084	822.482
Atualização do Ativo financeiro da concessão	(1.676.434)	(9.151.310)	(1.676.434)	(9.151.310)
Outros ajustes	(505.673)	108.901	(504.021)	108.901
	13.665.742	12.222.662	13.677.806	12.218.508
Variação no ativo				
Contas a receber de clientes	1.496.597	(438.376)	1.503.136	(442.312)
Saldos e transações com partes relacionadas	221.875	(25.396)	221.801	(25.429)
Estoques	24.126	(13.546)	24.222	(13.785)
Impostos a recuperar	153.188	(306.152)	153.129	(306.163)
Depósitos judiciais	26.359	50.547	19.201	50.547
Outros ativos	4.065	(98.576)	122.644	(2.668)
Variação no passivo				
Empreiteiros e fornecedores	(1.084.563)	(435.781)	(1.082.801)	(437.694)
Serviços a pagar	738.213	375.965	738.864	377.968
Obrigações sociais e trabalhistas	(701.066)	77.973	(701.066)	77.973
Impostos e contribuições a recolher	(521.684)	265.244	(522.780)	265.189
PIS/Cofins diferidos	(15.923)	131.225	(15.923)	131.225
Provisões	(297.133)	(185.932)	(297.134)	(185.932)
Obrigações previdenciárias	(267.190)	(227.233)	(267.190)	(227.233)
Outras obrigações	(16.226)	(261.739)	1.909	(335.726)
Caixa proveniente das operações	**13.426.380**	**11.130.885**	**13.575.818**	**11.144.468**
Juros pagos	(2.696.320)	(1.976.694)	(2.696.320)	(1.976.694)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.513.494)	(1.760.367)	(2.518.383)	(1.763.206)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**8.216.566**	**7.393.824**	**8.361.115**	**7.404.568**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo de contrato. intangíveis e imobilizados	(13.735.223)	(8.025.537)	(13.740.392)	(8.030.674)
Caixa restrito	(27.509)	17.229	(27.509)	17.229
Aplicações financeiras – Aplicação	(32.738.538)	(6.438.036)	(32.763.101)	(6.456.564)
Aplicações financeiras – Resgate	30.809.403	5.289.481	30.826.828	5.303.658
Aplicações financeiras – não circulante	-	(769.057)	-	(769.057)
Dividendos recebidos	16.945	-	16.945	-
Aumento de capital em investidas	(102.056)	(40.234)	(16.393)	(40.234)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(15.776.978)**	**(9.966.154)**	**(15.703.622)**	**(9.975.642)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos				
Captações	18.462.151	6.870.754	18.336.072	6.870.754
Amortizações	(4.295.849)	(2.246.263)	(4.295.849)	(2.246.263)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.363.776)	(928.851)	(2.363.776)	(928.851)
Parceria Público-Privada – PPP	(480.492)	(569.725)	(480.492)	(569.725)
Compromissos Contratos de Programa	-	(35.497)	-	(35.497)
Instrumentos financeiros derivativos (Pagos)/recebidos	(397.443)	324.778	(397.443)	324.778
Ações em tesouraria	(475.385)	-	(475.385)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**10.449.206**	**3.415.196**	**10.323.127**	**3.415.196**
Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	2.888.794	842.866	2.980.620	844.122
Representado por:				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.681.204	838.338	1.682.606	838.484
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.569.998	1.681.204	4.663.226	1.682.606
Aumento / (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	**2.888.794**	**842.866**	**2.980.620**	**844.122**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas					
Serviços de saneamento (inclui FAUSP)	30	23.757.444	23.464.821	23.794.887	23.499.676
Ativo financeiro da concessão		1.676.434	9.151.310	1.676.434	9.151.310
Construção	30	14.430.593	6.220.581	14.437.363	6.225.871
Outras receitas		505.354	64.587	505.354	64.587
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	10 (c)	(61.450)	(557.126)	(62.067)	(557.789)
		40.308.375	**38.344.173**	**40.351.971**	**38.383.655**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos operacionais e de construção		(18.391.956)	(10.255.112)	(18.405.676)	(10.272.227)
Materiais. energia elétrica. serviços de terceiros e outros		(770.886)	(2.251.999)	(785.461)	(2.254.677)
Outras despesas operacionais	33	(220.234)	(339.513)	(220.234)	(339.513)
		(19.383.076)	**(12.846.624)**	**(19.411.371)**	**(12.866.417)**
Valor adicionado bruto		**20.925.299**	**25.497.549**	**20.940.600**	**25.517.238**
Retenções					
Depreciação e amortização	31	(2.203.829)	(2.671.709)	(2.208.762)	(2.676.642)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**18.721.470**	**22.825.840**	**18.731.838**	**22.840.596**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	48.644	21.622	48.153	35.322
Receitas financeiras		3.618.328	1.126.426	3.619.978	1.114.115
		3.666.972	**1.148.048**	**3.668.131**	**1.149.437**
Valor adicionado total a distribuir		**22.388.442**	**23.973.888**	**22.399.969**	**23.990.033**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		1.658.383	2.543.481	1.659.440	2.545.043
Benefícios		945.497	640.138	945.497	640.138
FGTS		300.171	195.077	300.171	195.077
		2.904.051	**3.378.696**	**2.905.108**	**3.380.258**
Impostos. taxas e contribuições					
Federais		5.547.432	7.272.178	5.553.026	7.279.817
Estaduais		198.158	174.544	203.867	174.721
Municipais		81.771	68.759	81.771	68.775
		5.827.361	**7.515.481**	**5.838.664**	**7.523.313**
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros. variações cambiais e monetárias		5.170.715	3.469.401	5.169.882	3.476.152
Aluguéis		24.256	30.747	24.256	30.747
		5.194.971	**3.500.148**	**5.194.138**	**3.506.899**
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre o Capital Próprio		2.381.562	1.831.122	2.381.562	1.831.122
Distribuição de dividendos		-	718.692	-	718.692
Lucros retidos		6.080.497	7.029.749	6.080.497	7.029.749
		8.462.059	9.579.563	8.462.059	9.579.563

Valor adicionado distribuído	**22.388.442**	**23.973.888**	**22.399.969**	**23.990.033**

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, CEP 05429-000. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, além de fornecer água tratada e serviços de esgoto no atacado. A SABESP pode exercer atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia.

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da B3 sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), na forma de *American Depositary Receipts* ("ADRs") Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Aprovações

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2026.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Os valores divulgados nas notas explicativas estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3 Resumo das informações materiais das políticas contábeis

As práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. A Companhia controla uma entidade quando (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de aplicar este poder para afetar seus retornos.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral.

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que este controle deixar de existir. As receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados. Os outros resultados abrangentes das controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia na rubrica de “outros resultados abrangentes”.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Para detalhamento da base de consolidação, bem como percentual de participação da Companhia sobre suas controladas, vide Nota 12.

3.2 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A primeira parte apresenta a riqueza gerada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e pelas retenções, e a riqueza recebida em transferência, representada pelo resultado de equivalência patrimonial e pelas receitas financeiras. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia é o real. Cada entidade do grupo determina sua própria moeda

funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data de reporte.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na Política contábil da Nota 17.

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025

As alterações nas normas CPC 02 (R2) / IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; CPC 37 (R1) / IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 18 (R3) / IAS 28 - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO_2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO), não trouxeram impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir que a administração julga aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição	Impacto
Alterações ao CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação[1]	Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica: as alterações permitem que a Companhia considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a	A Companhia não espera efeitos oriundos desta Norma.

Norma	Descrição	Impacto
	todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico. Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo: as alterações fornecem orientação sobre como avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Ativos financeiros com características "non-recourse": as alterações aprimoram a descrição do termo "non-recourse", em especial para especificar que um ativo financeiro possui esta característica quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. Instrumentos contratualmente vinculados: as alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações, destacando que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados, utilizando uma estrutura de pagamento em cascata. Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os requisitos do CPC 40 / IFRS 7 foram alterados para exigir a divulgação do ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período. Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais: as alterações exigem a divulgação dos termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um	

Norma	Descrição	Impacto
	evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.	
CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis[2]	O CPC 51 / IFRS 18 substitui o CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transferindo diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Ademais, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O IASB, também implementou pequenas alterações no CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 41 / IAS 33 – Resultado por Ação.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos da adoção desta Norma.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: divulgações[2]	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis nas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.	A Companhia não espera efeitos oriundos desta Norma.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11[1]	Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contabeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos	A Companhia não espera efeitos oriundos desta Norma.

Norma	Descrição	Impacto
	Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 –Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 –Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada	

1. Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.
2. Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

5 Gestão de risco

5.1 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. Não houve alterações nas políticas, processos e métodos de mensuração de riscos em relação ao exercício anterior.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades de financiamento, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, decorrentes de captações de longo prazo, junto a instituições de fomento, a taxas de juros atrativas. Esses financiamentos são denominados em dólar norte-americano, euro e iene.

A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco deriva da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, que impactam os saldos de passivos de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, refletindo-se nas despesas financeiras. A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* desde o exercício de 2024 e negocia os termos dos derivativos com o objetivo de cumprir os termos da exposição protegida pelo *hedge* conforme Nota 19.

Parte da dívida financeira no valor de R$ 10.632.252 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 - R$ 3.356.365), está atrelada ao dólar norte-americano, ao euro e ao iene. A exposição ao risco cambial é assim composta:

	Controladora		Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Moeda estrangeira (em milhares)	R$	Moeda estrangeira (em milhares)	R$	Moeda estrangeira (em milhares)	R$
Empréstimos e financiamentos – US$	750.889	4.131.691	1.250.889	6.882.891	303.978	1.882.323
Empréstimos e financiamentos – Iene	62.496.777	2.196.137	62.496.777	2.196.137	36.787.581	1.452.006
Empréstimos e financiamentos – Euro	220.000	1.423.224	220.000	1.423.224	-	-
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US$		44.876		110.009		24.030
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		8.818		8.818		8.364
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Euro		12.033		12.033		-
Ajuste valor justo - US$		47.666		143.636		-
Ajuste a valor justo - Iene		(67.281)		(67.281)		34.388
Ajuste a valor justo - Euro		34.631		34.631		
Total da exposição		7.831.795		10.744.098		3.401.111
Custo de captação – US$		(61.401)		(80.063)		(42.510)
Custo de captação – Iene		(12.389)		(12.389)		(2.236)
Custo de captação – Euro		(19.394)		(19.394)		-
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 17)		**7.738.611**		**10.632.252**		**3.356.365**

O quadro a seguir demonstra as cotações e as variações cambiais do período:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Variação
US$	R$ 5,5024	R$ 6,1923	-11,14%
EUR	R$ 6,4692	R$ 6,4363	0,51%
Iene	R$ 0,03514	R$ 0,03947	-10,97%

Em 31 de dezembro de 2025, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais em comparação com o dólar norte-americano, o iene e o euro, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado consolidado antes dos custos de captação e dos impostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 teria sido de R$ 1.063.311 (exercício findo em 31 de dezembro de 2024 – R$ 336.672), para mais ou para menos, desconsiderando os efeitos dos instrumentos de proteção (*hedge*) contratados conforme Nota 19.

A Companhia entende que eventual cenário de valorização ou desvalorização seria confortavelmente suportado pelos instrumentos financeiros derivativos (*cross currency swap*) já existentes.

Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia, para a maior parte das operações, gerencia o risco de taxa de juros por meio da

contratação de instrumentos financeiros derivativos que efetivamente trocam suas exposições por passivos indexados ao CDI.

A tabela a seguir apresenta os empréstimos e financiamentos sujeitos a diferentes índices de atualização monetária, considerando o instrumento derivativo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024(*)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024(*)
CDI (i)	33.593.125	15.250.135	30.722.218	15.250.135
TR (ii)	1.629.756	1.683.342	1.629.756	1.683.342
IPCA (iii)	2.924.904	2.982.735	5.582.893	2.982.735
TJLP (iv)	825.206	1.067.436	825.206	1.067.436
SOFR (v)	-	1.882.325	-	1.882.325
Juros e encargos	1.204.818	572.399	1.164.744	572.399
Total	**40.177.809**	**23.438.372**	**39.924.817**	**23.438.372**

(i) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
(ii) TR – Taxa Referencial de Juros
(iii) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
(iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
(v) SOFR - *Secured Overnight Financing Rate*
(*) Em 31 de dezembro de 2024 os valores desconsideravam o instrumento derivativo para fins comparativos.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas obrigações e das receitas de seus serviços e ativos financeiros, que são corrigidos pelo IPCA. Os reajustes tarifários dos serviços prestados não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.

Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem 1 ponto percentual para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 antes dos impostos teria sido de R$ 339.248 (exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - R$ 234.384) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborada de acordo com o CPC 40 (R1)/ IFRS 7. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 31 de dezembro de 2025 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro, considerando um cenário provável.

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros, considerando todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

O quadro abaixo considera o impacto do instrumento derivativo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
Indicadores	Exposição	Cenário provável	Exposição	Cenário provável
Ativo				
CDI	12.261.445	13,82%	12.261.445	13,82%
Receita financeira		1.694.532		1.694.532
Passivo				
CDI	(33.593.125)	13,82%	(30.722.218)	13,82%
Juros a incorrer		(4.642.570)		(4.245.811)
Exposição líquida – CDI	(21.331.680)	(2.948.038)	(18.460.773)	(2.551.279)
Ativo				
IPCA	21.665.330	3,99%	21.665.330	3,99%
Ativo financeiro da concessão		864.858		864.858
Passivo				
IPCA	(2.924.904)	3,99%	(5.582.893)	3,99%
Juros a incorrer		(116.759)		(222.864)
Exposição líquida – IPCA	18.740.426	748.099	16.082.437	641.995
Passivo				
TR	(1.629.756)	0,0204%	(1.629.756)	0,0204%
Despesa a incorrer		(332)		(332)
TJLP	(825.206)	9,22%	(825.206)	9,22%
Juros a incorrer		(76.123)		(76.123)
Despesas totais líquidas a incorrer		**(2.276.394)**		**(1.985.739)**

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado ao caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como às exposições de crédito de clientes, incluindo contas a receber, caixa restrito, saldos com partes relacionadas e ativo financeiro da concessão. O risco de crédito com clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada, sem risco de concentração, e o risco de caixa e aplicações é mitigado pela Diretriz de Aplicação Financeira seguida pela Companhia.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2025 é o valor contábil dos títulos classificados como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data desta demonstração financeira. Vide Notas 7, 8, 9, 10 e 11.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito foi avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das instituições financeiras. Para a qualidade de crédito das instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia avalia o *rating* divulgado pelas três principais agências internacionais (Fitch, Moody's e S&P).

Em 31 de dezembro de 2025, todas as aplicações foram realizadas junto a instituições financeiras cujo *rating* divulgado pela agência Fitch ou Moody's era AAA (bra) ou AAA.br.

(c) Risco de liquidez

A liquidez depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais e pelos empréstimos e financiamentos captados nos mercados internacional e local, bem como o pagamento das dívidas. A gestão desse risco considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

Os recursos mantidos são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada foram utilizadas as taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2025.

	Controladora						
	2026	2027	2028	2029	2030	2031 to 2048	Total
Em 31 de dezembro de 2025							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	5.132.890	2.259.452	1.794.449	4.172.569	7.299.157	19.643.086	40.301.603
Juros de empréstimos e financiamentos	3.497.069	3.606.943	3.433.949	3.164.611	2.855.487	7.456.409	24.014.468
Empreiteiros e fornecedores	2.398.445	-	-	-	-	-	2.398.445
Serviços a pagar	2.767.899	-	-	-	-	-	2.767.899
Parceria Público-Privada – PPP	239.065	239.066	239.066	239.066	239.066	2.130.366	3.325.695
Juros Parceria Público-Privada – PPP	230.622	248.333	266.562	285.472	305.090	3.311.812	4.647.891
Total	**14.265.990**	**6.353.794**	**5.734.026**	**7.861.718**	**10.698.800**	**32.541.673**	**77.456.001**

	Consolidado						
	2026	2027	2028	2029	2030	2031 to 2048	Total
Em 31 de dezembro de 2025							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	5.092.816	2.259.452	1.794.449	4.172.569	7.336.464	19.486.597	40.142.347
Juros de empréstimos e financiamentos	3.497.069	3.772.445	3.590.853	3.321.945	3.012.391	7.613.313	24.808.016
Empreiteiros e fornecedores	2.400.046	-	-	-	-	-	2.400.046
Serviços a pagar	2.772.416	-	-	-	-	-	2.772.416
Parceria Público-Privada – PPP	239.065	239.066	239.066	239.066	239.066	2.130.366	3.325.695
Juros Parceria Público-Privada – PPP	230.622	248.333	266.562	285.472	305.090	3.311.812	4.647.891
Total	**14.232.034**	**6.519.296**	**5.890.930**	**8.019.052**	**10.893.011**	**32.542.088**	**78.096.411**

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default*, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas, sendo que os mais restritivos estão demonstrados na Nota 17 (c).

(d) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos Financeiros e ao Programa de Operações com Derivativos, cujo objetivo é o gerenciamento de riscos financeiros e a mitigação da exposição a variáveis de mercado que impactam ativos, passivos e/ou fluxos de caixa, a Companhia contrata instrumentos de proteção, em especial para seus

financiamentos em moeda estrangeira, reduzindo os efeitos de flutuações indesejáveis dessas variáveis em suas operações.

Foram estabelecidos critérios e diretrizes de gerenciamento de riscos financeiros visando mitigar os desequilíbrios entre ativos e passivos que apresentem alguma forma de indexação, com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira.

A Companhia utiliza as classificações de risco divulgadas pelas agências Standard Poor's (S&P), Moody's ou Fitch visando respaldar e complementar a análise e julgamento de risco bancário.

5.2 Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade da Companhia de continuar aumentando seus investimentos em infraestrutura, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	40.301.603	25.258.297	40.142.347	25.258.297
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(4.569.998)	(1.681.204)	(4.663.226)	(1.682.606)
(-) Aplicações financeiras (Nota 8)	(7.693.630)	(3.694.029)	(7.707.745)	(3.699.694)
Dívida líquida	28.037.975	19.883.064	27.771.376	19.875.997
Total do Patrimônio Líquido	42.401.124	36.928.054	42.401.124	36.928.054
Capital total (capital próprio mais capital de terceiros)	**70.439.099**	**56.811.118**	**70.172.500**	**56.804.051**
Total	**40%**	**35%**	**40%**	**35%**

6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração divulgue julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reconhecidos com base na experiência e outros fatores considerados relevantes, os quais afetam os valores de ativos e passivos e que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro, que são revisadas tempestivamente. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e maior complexidade estão divulgadas a seguir. As premissas e estimativas de cada uma dessas áreas, quando aplicável, estão divulgadas nas notas explicativas relacionadas:

Área	Referência
Receita não faturada	Nota 10
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	Nota 10 (c)
Ativo de contrato, ativos intangíveis e ativos financeiros resultantes de contratos de concessão	Nota 13
Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)	Nota 13, 14 e 16
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 19
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Nota 22
Provisões	Nota 23
Obrigações previdenciárias – Planos de pensão	Nota 25

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Caixa e bancos	2.185	30.382	95.411	31.784
Equivalentes de caixa	4.567.813	1.650.822	4.567.815	1.650.822
Total	**4.569.998**	**1.681.204**	**4.663.226**	**1.682.606**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente por CDBs com liquidez diária cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Do saldo total apresentado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 99,9% se referem a montantes alocados no Banco Itaú e Banco Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente R$ 1.361.348 do total de Caixa e equivalentes de caixa será destinado ao pagamento do FAUSP, quando todas as condições forem atendidas. Vide Nota 26 para mais detalhes.

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média dos equivalentes de caixa correspondia a 99,6% do CDI (em 31 de dezembro de 2024 - 96,83%).

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos e intenção de utilização pela Administração da Companhia em período inferior a três meses.

8 Aplicações financeiras

(a) Circulante

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB, com liquidez diária, as quais a Companhia não pretende utilizar nos próximos três meses, conforme quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Banco BV	169	298	169	298
Banco Bradesco	1.118.026	1.442.159	1.118.026	1.442.159
Banco Santander S/A	3.699.510	1.194.678	3.699.510	1.194.678
Banco BTG Pactual S/A	2.132.826	226.819	2.132.826	226.819
Banco do Brasil S/A	83.594	1.355	97.709	7.020
Caixa Econômica Federal	30.206	828.720	30.206	828.720
XP Investimentos	215.002	-	215.002	-
Banco Citibank	414.297	-	414.297	-
Total	**7.693.630**	**3.694.029**	**7.707.745**	**3.699.694**

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média das aplicações financeiras correspondia a 99,6% do CDI (em 31 de dezembro de 2024 - 101%).

(b) Não circulante

Em 2025, a Companhia efetuou resgate integral das aplicações que compunham o valor de R$ 769 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Política contábil

A Companhia analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência para 12 meses foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Caixa restrito

Os saldos de caixa restrito referem-se a valores mantidos pela Companhia em decorrência de obrigações contratuais e convênios específicos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as operações de caixa restrito eram de R$ 9.575 e R$ 37.715, respectivamente.

Os valores registrados em 2024 estavam principalmente relacionados aos convênios firmados com a Prefeitura Municipal de São Paulo (“PMSP”) e com a URAE-1, que previam a dedução de parcela da receita destinada ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (“FMSAI”) para cobertura de eventuais inadimplências de órgãos públicos. Esses montantes, foram resgatados ao longo de 2025, especialmente entre outubro e novembro, resultando na eliminação dos saldos vinculados aos convênios com a PMSP.

10 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Particulares:				
Clientes de rol comum (i) e rol especial (ii)	2.431.979	2.404.631	2.436.976	2.409.094
Acordos (iii)	343.747	659.778	343.747	659.778
	2.775.726	3.064.409	2.780.723	3.068.872
Entidades Governamentais:				
Municipais	1.186.815	689.688	1.186.531	690.010
Federais	2.670	5.297	2.670	5.303
Acordos (iii)	274.508	370.823	274.508	370.823
	1.463.993	1.065.808	1.463.709	1.066.136
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)				
Mogi das Cruzes	9.149	4.744	9.149	4.744
São Caetano do Sul	26.884	11.773	26.884	11.773
São Caetano do Sul - Acordo	51.589	65.213	51.589	65.213
Total por atacado – Prefeituras Municipais	87.622	81.730	87.622	81.730
Fornecimento a faturar (v)	1.155.475	1.252.012	1.157.382	1.253.826
Subtotal	5.482.816	5.463.959	5.489.436	5.470.564
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(817.443)	(1.248.209)	(817.443)	(1.248.209)
Total	4.665.373	4.215.750	4.671.993	4.222.355
Circulante	4.406.829	3.887.952	4.413.449	3.894.557
Não circulante	258.544	327.798	258.544	327.798
Total	**4.665.373**	**4.215.750**	**4.671.993**	**4.222.355**

(i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas;

(ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, entre outros);

(iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, conforme previstos nos acordos;

(iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais.

(v) Fornecimento a faturar: representa receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2025	%	31 de dezembro de 2024	%	31 de dezembro de 2025	%	31 de dezembro de 2024	%
Valores a vencer	2.960.281		2.975.756		2.963.070		2.979.496	
Vencidos:								
Até 30 dias	747.338	25%	636.024	26%	748.559	30%	637.375	26%
Entre 31 e 60 dias	308.672	9%	302.595	12%	309.579	12%	303.238	12%
Entre 61 e 90 dias	228.767	6%	177.481	7%	229.559	9%	177.777	7%
Entre 91 e 120 dias	242.688	6%	168.246	7%	243.256	10%	168.515	7%
Entre 121 e 180 dias	276.103	10%	240.724	10%	276.446	11%	241.030	10%
Entre 181 e 360 dias	226.600	4%	47.992	2%	226.600	9%	47.992	2%
Acima de 360 dias	492.367	40%	915.141	37%	492.367	19%	915.141	37%
Total vencidos	2.522.535	100%	2.488.203	100%	2.526.366	100%	2.491.068	100%
Total	**5.482.816**		**5.463.959**		**5.489.436**		**5.470.564**	

(c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

	Controladora e Consolidado	
Movimentação do ativo	**2025**	**2024**
Saldo no início do exercício	1.248.209	1.377.209
Constituição de perdas/(reversão)	(29.099)	41.793
Recuperações	(401.667)	(170.793)
Saldo no final do exercício	**817.443**	**1.248.209**

	Controladora		Consolidado	
Reconciliação das perdas estimadas / históricas no resultado - Contas a receber e partes relacionadas	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Baixas	(501.169)	(684.918)	(501.786)	(685.581)
(Perdas)/reversão com entidades estaduais - partes relacionadas	8.953	(1.208)	8.953	(1.208)
(Perdas)/reversão com particular/entidades públicas	29.099	(41.793)	29.099	(41.793)
Recuperações	401.667	170.793	401.667	170.793
Valor contabilizado como despesa (Nota 31)	**(61.450)**	**(557.126)**	**(62.067)**	**(557.789)**

A Companhia não possui clientes que, individualmente, representam 10% ou mais do total da receita.

(d) Precatórios

A Companhia possui precatórios emitidos decorrentes de processos judiciais, transitados em julgado, referentes à cobrança de faturas de água e esgoto inadimplidas de entes públicos. Estas faturas possuem PECLD em sua totalidade e os valores atualizados das referidas faturas, apurados conforme os respectivos precatórios, não são reconhecidos em função de incertezas do momento de sua realização.

Desta forma, a reversão da PECLD das faturas originais e sua atualização são reconhecidas quando as incertezas sobre a sua realização forem mitigadas. Isso ocorre quando o valor de realização passa a ser determinável, seja pela previsibilidade do início do recebimento sem dúvidas ou discussões sobre esses montantes, seja quando houver negociação com terceiros.

A Companhia possuía precatórios emitidos em seu favor, conforme apresentado abaixo:

	Controladora e Consolidado					
Devedor	**31 de dezembro de 2024**	**Deságio (i)**	**Recebimento (ii)**	**Cessão de Crédito (iii)**	**Outros (iv)**	**31 de dezembro de 2025**
Município de São Paulo	2.898.210	(992.289)	(1.217.593)	-	125.962	814.290
Município de Ferraz de Vasconcelos	22.883	(4.653)	(9.865)	(8.974)	609	-
Município de Cachoeira Paulista	12.608	(3.410)	(4.408)	(5.093)	303	-
Município de Agudos	14.039	(4.582)	(2.913)	(7.043)	499	-
Outros	19.568	(13.727)	(3.587)	(5.382)	3.128	-
Total	**2.967.308**	**(1.018.661)**	**(1.238.366)**	**(26.492)**	**130.501**	**814.290**

(i) Refere-se, principalmente, às propostas de acordo com a PMSP, aprovadas em 9 de abril de 2025, no montante atualizado de R$ 2,48 bilhões. Estas propostas, aplicando o percentual de deságio conforme ordem cronológica de pagamento, totalizavam R$ 1,52 bilhão (deságio de R$ 960 milhões). Em julho de 2025, as incertezas e discussões em torno deste processo foram cessadas, de forma que a Companhia reconheceu os efeitos destes precatórios no 3º trimestre e já recebeu R$ 716.302 referente a esse acordo.
(ii) Inclui valores recebidos judicialmente.
(iii) Em junho de 2025, a Companhia negociou a cessão de direitos creditórios de diversos precatórios.
(iv) Inclui principalmente atualizações monetárias.

Em 21 de outubro de 2024, a Câmara de Conciliação de Precatórios da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, aprovou parte das propostas de acordos formuladas pela SABESP para liquidação dos créditos de precatórios no âmbito do Edital de Convocação para acordo nº 1/2024 e a Companhia recebeu R$ 55.399 em fevereiro desse ano. Em março, a PMSP apresentou impugnações aos cálculos efetuados pela Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça de São Paulo ("DEPRE TJSP"), contestando o percentual de imposto de renda adotado, tanto na base de cálculo quanto na alíquota aplicada. No dia 15 de julho de 2025, a Companhia foi oficiada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na figura da DEPRE TJSP, homologando os cálculos e extinguindo assim qualquer incerteza e discussão em torno deste processo. Em face da superação das incertezas existentes, a Companhia reconheceu R$ 401.679 no 3º trimestre do exercício corrente e este montante foi integralmente recebido.

Adicionalmente, a Companhia negociou, em exercícios anteriores, precatórios de faturas vencidas com os municípios de Guarulhos, Santo André e Mauá, os quais se encontram suspensos, pois servem como garantia à prestação de serviço nesses municípios.

Prática contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são classificadas como não circulantes.

O fornecimento ainda não faturado representa serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com o faturamento médio histórico da respectiva conta.

Devido às características das contas a receber da Companhia, sendo elas (i) componente financeiro insignificante; (ii) carteira de recebíveis sem complexidade; e (iii) baixo risco de crédito, adotou-se a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida.

A metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa consistiu em utilizar uma estimativa calculada com base na inadimplência média observada nos últimos 36 meses, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias, com base no histórico observado nos últimos 3 anos. Além disso, considerou, para fins de estimativa, a categoria dos clientes particulares e públicos e segregou o contas a receber entre as contas normais de consumo e os acordos. A Companhia realizou análises de correlação dos indicadores macroeconômicos Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e seu histórico de inadimplência, e não identificou impactos relevantes no cálculo das perdas estimadas.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativa de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

11 Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Estado de São Paulo

(i) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receitas, despesas e recebimentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante				
Contas a receber:				
Serviços de saneamento	163.759	173.434	163.865	173.466
Perdas estimadas	(42.753)	(51.706)	(42.753)	(51.706)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (Go):				
Fluxo mensal	32.141	84.973	32.141	84.973
Acordo GESP – 2015	123.135	112.813	123.135	112.813
Total do circulante	**276.282**	**319.514**	**276.388**	**319.546**
Não circulante				
Acordo de parcelamento de serviços de saneamento	1.361	1.361	1.361	1.361
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (Go):				
Acordo GESP – 2015	861.421	907.514	861.421	907.514
Total do não circulante	**862.782**	**908.875**	**862.782**	**908.875**
Total de recebíveis	**1.139.064**	**1.228.389**	**1.139.170**	**1.228.421**
Ativos:				
Prestação de serviços de saneamento	122.367	123.089	122.473	123.121
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (Go)	1.016.697	1.105.300	1.016.697	1.105.300
Total	**1.139.064**	**1.228.389**	**1.139.170**	**1.228.421**
Passivos:				
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	**428.681**	**458.985**	**428.681**	**458.985**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de serviços de saneamento	952.461	891.101	952.803	891.312
Recebimentos de partes relacionadas	(910.676)	(843.026)	(910.676)	(843.026)
Recebimento de reembolso referente à Lei nº 4.819/1958	(276.307)	(178.941)	(276.307)	(178.941)

As informações a seguir referem-se aos saldos e transações da Controladora e do Consolidado.

(ii) Valores Controversos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a SABESP possuía valores controversos a receber com o Estado de São Paulo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei nº 4.819/1958), nos montantes de R$ 1.808.631 e R$ 1.685.493, respectivamente, sendo que foi constituída PECLD no valor integral, vide Nota 10 (c).

(iii) Passivo Atuarial

A Companhia reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários aposentados e pensionistas do G0, vide Nota 25. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R$ 2.140.161 e R$ 1.931.145, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, vide Nota 25.

(iv) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia mantém contratos de adesão ao Programa PURA com entidades públicas atuantes no Estado de São Paulo. O objetivo do programa é promover o uso consciente da água, concedendo às entidades participantes um desconto tarifário de 25%, desde que estejam em situação regular de adimplência e cumpram as metas estabelecidas.

(v) Aval

O Estado de São Paulo concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado, vide Nota 17.

(vi) FEHIDRO

A Companhia possui contratos de financiamento no âmbito do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. Tais recursos são destinados para a execução de obras e serviços de esgotamento sanitário. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desses financiamentos era de R$ 938, registrado na rubrica “Outros” em empréstimos e financiamentos (em 31 de dezembro de 2024 - R$ 2.799).

(b) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R$ 3.521 (em 31 de dezembro de 2024, R$ 3.613) relativo a terrenos e estruturas cedidas em comodato.

(c) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido (Plano G1), operado e administrado pela SABESPREV. O compromisso atuarial líquido reconhecido até 31 de dezembro de 2025 era de R$ 99.514. Em 31 de dezembro de 2024 este plano apresentou um superávit de R$ 132.244.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os gastos relacionados à remuneração do pessoal-chave da administração foram os seguintes:

Remuneração	31 de dezembro de 2025
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	39.828
Remuneração baseada em ações	22.618
Total da remuneração	**62.446**

(e) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

Águas de Andradina

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de principal e juros era de R$ 4.718, contabilizado no ativo circulante da Companhia, na rubrica "Outros ativos" (em 31 de dezembro de 2024 - R$ 4.007, no ativo circulante), sendo os juros calculados à taxa DI + 3% ao ano.

Este contrato de mútuo foi assinado em 17 de agosto de 2021 e será quitado com a operação de compra e venda. Vide mais detalhes na Nota 12.

SABESP Olímpia

A Companhia firmou contrato de mútuo com a controlada Sabesp Olímpia S/A, disponibilizando recursos necessários ao pagamento da Outorga Fixa ao Município, que era condição precedente para assinatura do contrato de concessão de água e esgoto.

O contrato de mútuo no montante de R$ 170.981 foi utilizado para aumento de capital na SABESP Olímpia no 1º trimestre de 2025, vide Nota 12.

(f) Desestatização

Conforme previsto no artigo 7º da Lei nº 9.361/1996, será ressarcido pelo acionista controlador, quando da desestatização, a contratação de auditorias independentes, sociedade de advogados, pareceres ou estudos especializados necessários à desestatização.

O montante a ser ressarcido pelo Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2025, era de R$ 85.929 registrado na rubrica "Outros ativos" (em 31 de dezembro de 2024 - R$ 99.653).

(g) Equatorial S.A.

Em julho de 2024, a Equatorial Participações e Investimentos IV S.A., controlada pela Equatorial S.A, passou a deter ações representativas de 15% (quinze por cento) do capital social da SABESP. Em dezembro de 2024, a Equatorial S.A. incorporou sua subsidiária, passando a ser titular e detentora direta da participação societária na SABESP. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar era de R$ 348.402 e (R$ 341.272 em 31 de dezembro de 2024).

(h) SABESP Luxemburgo ("SABESP Lux")

Em 1 de agosto 2025, a Companhia realizou a 36ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, na quantidade total de 2.815.700, com valor nominal unitário de R$ 1, prazo de vencimento em 2030 e remuneração de IPCA + 9,28% a.a (Vide Nota 17 (a)). Destas debêntures 2.765.700 foram adquiridas pela SABESP Luxemburgo (98,22% do total dos títulos dessa emissão). Esta operação teve contratação de instrumento derivativo (*swap*) trocando a remuneração para CDI (vide Nota 19).

12 Investimentos

Os eventos do exercício que possuem relação com as investidas são apresentados a seguir:

SABESP Participações S.A.

Em 19 agosto de 2025 foi constituída a SABESP Participações S.A. ("SABESPar"), integralmente controlada pela SABESP, com capital de R$ 1, em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. A SABESPar foi criada com o propósito de atuar como veículo de investimento e gestão de participações societárias, alinhada à estratégia corporativa da SABESP.

No dia 3 de novembro de 2025 foi realizado o aumento de capital social, pela Sabesp, no montante de R$ 85.000, mediante a emissão de 85.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

SABESP Luxemburgo ("SABESP Lux")

Em 8 de maio de 2025, foi constituída, em Luxemburgo, a SABESP Lux S.à r.l. ("SABESP Lux"), integralmente controlada pela SABESP, com capital de US$ 100 mil. Nesse contexto, a SABESP Lux atuará como veículo estratégico para a captação de recursos no mercado internacional, e gestão de ativos e passivos financeiros internacionais, contribuindo para a otimização da estrutura de capital da SABESP.

Em 17 de julho de 2025, a SABESP, na qualidade de única acionista da SABESP Lux, realizou um aumento de capital no valor de US$ 1.000 mil. O aumento de capital foi realizado sem emissão de novas ações, sendo registrado diretamente na conta de capital social da SABESP Lux.

Em 15 de outubro de 2025, a SABESP realizou aumento de capital no valor de US$ 2.000 mil. O aumento de capital foi realizado sem emissão de novas ações, sendo registrado diretamente na conta de capital social da SABESP Lux.

Aquisição das investidas Andradina e Castilho

Em 28 de maio de 2025, a SABESP celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Iguá Saneamento S.A. para a aquisição de ações ordinárias equivalentes a 70% do capital social de cada uma das sociedades Águas de Andradina S.A. e Águas de Castilho S.A. que, somadas às participações societárias anteriormente detidas pela SABESP, totalizam 100% do capital social dessas sociedades.

Em julho de 2025, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), contudo, determinadas condições precedentes permanecem pendentes até esta data.

As sociedades Andradina e Castilho têm como objeto social a prestação de serviços públicos de água e esgoto e são titulares

de contratos de concessão para exploração do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos munícipios de Andradina e Castilho, no Estado de São Paulo. Ambos os contratos se encontram maduros, com serviços universalizados e atendem conjuntamente uma população de, aproximadamente, 82 mil habitantes.

Concessionária SABESP URAE-1 S.A

Em 29 de outubro de 2025 foi constituída a Concessionária SABESP URAE-1 ("SABESP URAE"), integralmente controlada pela SABESP, com capital de R$ 1, em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. A SABESP URAE foi criada com o propósito de atuar como veículo de investimento alinhada à estratégia corporativa da SABESP.

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

	Patrimônio Líquido		Aumento de Capital	Dividendos	Resultado do Exercício			Percentual de Participação	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2025	2025	2025	(*)	2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Sesamm	91.455	75.307	-	(5.382)	21.530	-	18.709	36%	36%
Águas de Andradina	41.291	37.959	-	(1.173)	4.505	-	4.939	30%	30%
Águas de Castilho	12.060	8.782	-	(892)	4.170	-	2.155	30%	30%
Attend Ambiental	60.961	55.162	-	(31.941)	37.740	-	18.886	45%	45%
Aquapolo Ambiental	143.988	116.688	-	(16.644)	43.944	-	41.004	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	22.769	27.004	-	-	(1.107)	(3.128)	(443)	25%	25%
Cantareira SP Energia	10.975	10.613	-	-	362	-	(37)	49%	49%
Barueri Energia Renovável	252.212	251.420	-	-	(2.538)	3.330	(12.477)	20%	20%
Infranext	4.154	4.154	-	-	-	-	(522)	45%	45%
SABESP Luxemburgo	8.452	-	17.054	-	(7.964)	(638)	-	100%	-
SABESP Participações	85.001	-	85.001	-	-	-	(13.700)	100%	100%
SABESP Olímpia	162.670	(16.766)	170.981	-	8.455	-	-	100%	-
Concessionária Sabesp URAE-1	1	-	1	-	-	-		100%	-

(*) O montante apresentado se refere à movimentação no Patrimônio Líquido da investida, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

Os saldos dos investimentos e respectivas movimentações são como segue:

	Controladora							
	Investimento		Aporte	Dividendos	Reclassificação (**)	Resultado de Equivalência Patrimonial		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2025	2025	2025	2025	(*)	2024
Sesamm	32.924	27.111	-	(1.938)	-	7.751	-	6.735
Águas de Andradina	12.387	11.387	-	(352)	-	1.352	-	1.482
Águas de Castilho	3.618	2.635	-	(267)	-	1.250	-	647
Attend Ambiental	27.433	24.824	-	(14.374)	-	16.983	-	8.498
Aquapolo Ambiental	70.555	57.178	-	(8.155)	-	21.532	-	20.093
Paulista Geradora de Energia	5.693	6.750	-	-	-	(276)	(781)	(111)
Cantareira SP Energia	5.378	5.194	-	-	-	178	6	(18)
Barueri Energia Renovável	50.443	50.285	-	-	-	(508)	666	(2.612)
Infranext	-	-	-	-	-	-	-	608
SABESP Luxemburgo	8.452	-	17.054	-	(638)	(7.964)	-	-
SABESP Participações	85.001	-	85.001	-	-	-	-	-
SABESP Olímpia	162.670	-	170.981	-	(16.766)	8.455	-	(13.700)
Total	**464.554**	**185.364**	**273.036**	**(25.086)**	**(17.404)**	**48.753**	**(109)**	**21.622**
Outros investimentos	29.534	30.439						
Total	**494.088**	**215.803**						

(*) O montante apresentado se refere à movimentação no Patrimônio Líquido da investida, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.
(**) O montante do prejuízo da investida superior ao investimento foi reclassificado para o Passivo não circulante.

	Investimento		Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	2025	2025	(*)	2024
Sesamm	32.924	27.111	(1.938)	7.751	-	6.735
Águas de Andradina	12.387	11.387	(352)	1.352	-	1.482
Águas de Castilho	3.618	2.635	(267)	1.250	-	647
Attend Ambiental	27.433	24.824	(14.374)	16.983	-	8.498
Aquapolo Ambiental	70.555	57.178	(8.155)	21.532	-	20.093
Paulista Geradora de Energia	5.693	6.750	-	(276)	(781)	(111)
Cantareira SP Energia	5.378	5.194	-	178	6	(18)
Barueri Energia Renovável	50.443	50.285	-	(508)	666	(2.612)
Infranext	-	-	-	-	-	608

Total	**208.431**	**185.364**	**(25.086)**	**48.262**	**(109)**	**35.322**
Outros investimentos	45.927	30.439				
Total	**254.358**	**215.803**				

(*) O montante apresentado se refere à movimentação no Patrimônio Líquido da investida, em razão de suas demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, terem sido divulgadas após a divulgação das demonstrações financeiras da SABESP.

Política contábil

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico ("SPE") e, embora a participação no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão. No entanto, não há capacidade de utilizar esse poder de forma a afetar os valores dos retornos dessas SPEs, o que indica controle compartilhado participativo (*joint venture* ou "negócios em conjunto" - CPC 19 (R2) / IFRS 11), exceto quanto à SABESP URAE, SABESP Participações, SABESP Olímpia e à SABESP Luxemburgo, nas quais a Companhia detém 100% da participação acionária e atende aos requisitos de controle, realizando, desta forma, a consolidação destas empresas. Ao avaliar se os direitos de voto da SABESP em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: (i) a dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão das participações dos outros detentores de direitos de voto; (ii) direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; (iii) direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (iv) quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não, a capacidade de conduzir as atividades relevantes da investida.

13 Ativo de contrato e outros ativos da concessão

	Controladora						
	31 de dezembro de 2024	Adições (i)	Baixas	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	Transferências de obras para o ativo financeiro da concessão (iv)	31 de dezembro de 2025 (iii)
Ativo de contrato e outros ativos da concessão	4.872.410	16.677.794	(62.684)	24.108	(8.117.869)	(2.387.270)	11.006.489

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2024	Adições (i)	Baixas	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	Transferências de obras para o ativo financeiro da concessão (iv)	31 de dezembro de 2025 (iii)
Ativo de contrato e outros ativos da concessão	4.877.667	16.684.564	(62.684)	24.108	(8.117.869)	(2.387.270)	11.018.516

	Controladora						
	31 de dezembro de 2024	Adições (i)	Baixas	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	Transferências de obras para o ativo financeiro da concessão (iv)	31 de dezembro de 2025 (iii)
Ativo de contrato e outros ativos da concessão	7.393.096	6.670.657	(164.022)	5.796	(7.455.330)	(1.577.787)	4.872.410

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2024	Adições (i)	Baixas	Transferências	Transferências de obras para o intangível (ii)	Transferências de obras para o ativo financeiro da concessão (iv)	31 de dezembro de 2025 (iii)
Ativo de contrato e outros ativos da concessão	7.393.096	6.675.914	(164.022)	5.796	(7.455.330)	(1.577.787)	4.877.667

(i) A Companhia considera nas adições do ativo de contrato outros ativos da concessão conforme quadro abaixo:

Outros Ativos da Concessão	Controladora	Consolidado
Adiantamentos	1.800.997	1.800.997
Softwares	389.438	389.438
Estoque de obra	22.640	22.640
Outros	34.126	34.126
Adições Outros ativos da concessão	**2.247.201**	**2.247.201**
Adições / Receita de Construção (Nota 30)	**14.430.593**	**14.437.363**
Total adições	**16.677.794**	**16.684.564**

Adicionalmente, as maiores adições do período estavam localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos e Praia Grande nos montantes de R$ 5.540 milhões, R$ 1.528 milhões e R$ 627 milhões, respectivamente.

(ii) As maiores transferências do período estavam localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos e Praia Grande, nos montantes de R$ 3.490 milhões, R$ 1.182 milhões e R$ 429 milhões, respectivamente.

(iii) Em 31 de dezembro de 2025, as maiores obras estavam localizadas nos municípios de São Paulo, Guarulhos e Praia Grande nos montantes de R$ 3.215 milhões, R$ 764 milhões e R$ 275 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o ativo de contrato e outros ativos da concessão não possuía valores reconhecidos como direito de uso de arrendamentos.

(a) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

A Companhia capitaliza juros e variações monetárias e cambiais no ativo de contrato e outros ativos da concessão durante o período de construção. No período de janeiro a dezembro de 2025, a Companhia capitalizou o valor de R$ 820.213 (de janeiro a dezembro de 2024 - R$564.302) conforme Política Contábil descrita na Nota 17.

(b) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgotamento sanitário, há necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários são ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações são registrados no ativo de contrato e outros ativos da concessão durante as obras. No período de janeiro a dezembro de 2025, o total referente às desapropriações foi de R$ 55.545 (de janeiro a dezembro de 2024 – R$ 64.047).

Política contábil

O Ativo de contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo intangível ou Ativo financeiro, após a conclusão das obras.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. Dessa forma, até dezembro de 2024, a Companhia reconhecia receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta de 2,3% (montante de R$ 30.046 no período de janeiro a março de 2024). Desde 1º de janeiro de 2025, a Companhia reavaliou e concluiu que a margem de construção foi zero.

O Ativo de contrato e outros ativos da concessão são reconhecidos pelo valor justo, incluindo juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção dos ativos qualificáveis, quando aplicável, (exceção feita aos adiantamentos, estoques de obras e outros ativos) considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Companhia como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Os valores de construção da infraestrutura são reconhecidos como receita, pelo seu valor justo, desde que gerem benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 30.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis e ativos financeiros envolvendo contratos de concessão (bifurcação), está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Além disso, a avaliação sobre quais gastos são capitalizados no ativo de contrato demanda certo nível de julgamento por parte da Administração. Estes fatos, juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis, podem gerar impactos relevantes no resultado das operações.

Para mais detalhes referentes à capitalização dos custos de empréstimos, vide Nota 17.

14 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - outros	135.470	(60.381)	75.089	112.456	(52.964)	59.492
Compromissos de Contratos (i)	4.437.857	(707.736)	3.730.121	4.437.857	(588.098)	3.849.759
Contratos de Concessão URAE-1	69.281.545	(23.335.074)	45.946.471	62.042.186	(22.085.992)	39.956.194
Licença de uso de software	1.696.773	(1.145.671)	551.102	1.570.845	(932.558)	638.287
Direito de uso – Outros ativos	240.646	(188.678)	51.968	240.106	(115.370)	124.736
Total	**75.792.291**	**(25.437.540)**	**50.354.751**	**68.403.450**	**(23.774.982)**	**44.628.468**

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão - novos contratos	148.000	(10.275)	137.725	148.000	(5.344)	142.656
Contratos de concessão - outros	135.470	(60.381)	75.089	112.456	(52.964)	59.492
Compromissos de Contratos (i)	4.437.857	(707.736)	3.730.121	4.437.857	(588.098)	3.849.759
Contratos de Concessão URAE-1	69.281.545	(23.335.074)	45.946.471	62.042.186	(22.085.992)	39.956.194
Licença de uso de software	1.696.773	(1.145.671)	551.102	1.570.845	(932.558)	638.287
Direito de uso – Outros ativos	240.646	(188.681)	51.965	240.106	(115.370)	124.736
Total	**75.940.291**	**(25.447.818)**	**50.492.473**	**68.551.450**	**(23.780.326)**	**44.771.124**

(i) Com o advento da Lei do Saneamento Básico de 2007, renovações contratuais passaram a ocorrer por contratos de programa, em que a Companhia asumia bens e compromissos socioambientais e os registrava como intangível, sendo estes amortizados linearmente durante sua vigência.

(b) Movimentação

	Controladora						
	31 de dezembro de 2024	Adições	Transferência de ativo de contrato e outros ativos da concessão	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2025
Intangíveis decorrentes de:							
Contratos de concessão – outros	59.492	-	24.214	(1.627)	(3)	(6.987)	75.089
Compromissos de Contratos	3.849.759	-	-	-	-	(119.638)	3.730.121
Contratos de Concessão URAE-1 (*)	39.956.194	2.666	7.990.514	(138.257)	(98.727)	(1.765.919)	45.946.471
Licença de uso de software	638.287	-	103.141	-	-	(190.326)	551.102
Direito de uso – Outros ativos	124.736	541	-	-	-	(73.309)	51.968
Total	**44.628.468**	**3.207**	**8.117.869**	**(139.884)**	**(98.730)**	**(2.156.179)**	**50.354.751**

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2024	Adições	Transferência de ativo de contrato e	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2025

			outros ativos da concessão				
Intangíveis decorrentes de:							
Contratos de concessão – novos contratos	142.656	-	-	-	-	(4.933)	137.723
Contratos de concessão – outros	59.492	-	24.214	(1.627)	(4)	(6.987)	75.088
Compromissos de Contratos	3.849.759	-	-	-	-	(119.638)	3.730.121
Contratos de Concessão URAE-1 (*)	39.956.194	2.666	7.990.514	(138.257)	(98.727)	(1.765.919)	45.946.471
Licença de uso de software	638.287	-	103.141	-	-	(190.326)	551.102
Direito de uso – Outros ativos	124.736	541	-	-	-	(73.309)	51.968
Total	**44.771.124**	**3.207**	**8.117.869**	**(139.884)**	**(98.731)**	**(2.161.112)**	**50.492.473**

(*) Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica contrato de concessão URAE-1 incluía arrendamentos no montante de R$ 154.449 (em 31 de dezembro de 2024 - R$ 338.740). Adicionalmente, nesta data, o saldo contábil do intangível, ativo de contrato e outros ativos da concessão e ativo financeiro da concessão destinado à URAE-1 era de R$ 79.924.407, representando 96,09% do total consolidado.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2023	Adições	Transferência de ativo de contrato e outros ativos da concessão	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	Transferência para Ativo Financeiro da Concessão	31 de dezembro de 2024
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão – valor patrimonial	506.117	-	13.216	(508.709)	(22)	(10.602)	-	-
Contratos de concessão – valor econômico	637.760	(181)	13.005	(576.439)	-	(74.145)	-	-
Contratos de concessão – outros	-	-	4.090	57.445	-	(2.043)	-	59.492
Contratos de programa	20.684.497	-	1.392.259	(21.469.330)	(1.020)	(606.406)	-	-
Contratos de programa – compromissos	1.212.026	2.728.100	-	-	-	(90.367)	-	3.849.759
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	20.193.585	-	801.993	(20.278.339)	(1.327)	(715.912)	-	-
Contratos de Concessão URAE-1 (*)	-	20.712	6.573.841	42.727.540	(4.449)	(911.134)	(8.450.316)	39.956.194
Licença de uso de software	513.224	29.972	234.713	4.989	-	(144.611)	-	638.287
Direito de uso – Outros ativos	118.060	84.048	-	-	(46)	(77.326)	-	124.736
Total	**43.865.269**	**2.862.651**	**9.033.117**	**(42.843)**	**(6.864)**	**(2.632.546)**	**(8.450.316)**	**44.628.468**

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2023
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão – valor patrimonial	506.117	-	13.216	(508.709)	(22)	(10.602)	-	-
Contratos de concessão – valor econômico	637.760	(181)	13.005	(576.439)	-	(74.145)	-	-
Contratos de concessão – novos contratos	147.589	-	-	-	-	(4.933)	-	142.656
Contratos de concessão – outros	-	-	4.090	57.445	-	(2.043)	-	59.492
Contratos de programa	20.684.497	-	1.392.259	(21.469.330)	(1.020)	(606.406)	-	-
Contratos de programa – compromissos	1.212.026	2.728.100	-	-	-	(90.367)	-	3.849.759
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	20.193.585	-	801.993	(20.278.339)	(1.327)	(715.912)	-	-
Contratos de Concessão URAE-1 (*)	-	20.712	6.573.841	42.727.540	(4.449)	(911.134)	(8.450.316)	39.956.194
Licença de uso de software	513.224	29.972	234.713	4.989	-	(144.611)	-	638.287
Direito de uso – Outros ativos	118.060	84.048	-	-	(46)	(77.326)	-	124.736
Total	**44.012.858**	**2.862.651**	**9.033.117**	**(42.843)**	**(6.864)**	**(2.637.479)**	**(8.450.316)**	**44.771.124**

(*) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Contratos de concessão URAE-1, incluía arrendamento no montante de R$ 338.740 (em 31 de dezembro de 2023 - R$ 374.679). Adicionalmente, do montante de transferências oriundas do contrato de concessão, R$ 1.577.787 mil refere-se à transferência para o Ativo financeiro da concessão conforme Nota 13.

(c) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP possui transações relacionadas à Parceria Público-Privada. Essas transações, juntamente com suas garantias e obrigações correspondentes, estão respaldadas em contrato estabelecido com base na Lei nº 11.079/2004.

Os valores registrados no intangível, na rubrica Contratos de Concessão URAE-1, estão demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Alto Tietê	202.823	219.096
São Lourenço	2.216.444	2.386.192

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
São Lourenço	469.687	2.856.008	3.325.695	452.323	2.853.896	3.306.219

O quadro a seguir demonstra o valor das despesas com a Parceria Público-Privada no período janeiro a dezembro de 2025, comparativamente ao mesmo período do ano anterior:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Materiais gerais	21.073	14.858
Serviços de terceiros	44.466	31.351
Despesas gerais	5.823	4.106
Amortização	169.659	127.373
Despesas financeiras	499.969	353.860
Total	**740.990**	**531.548**

Em fevereiro de 2024 houve pagamento integral referente ao contrato com a PPP Alto Tietê. Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica “Amortização” era composta pela PPP de São Lourenço e Alto Tietê nos montantes de R$ 166.944 e R$ 2.715, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Amortização” referente a PPP de Alto Tietê incluía o montante de R$ 12.205.

(d) Amortização do intangível

A taxa média de amortização foi de 2,6% e 2,8%, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

(e) Arrendamentos e direito de uso

Natureza	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Arrendamentos - Contrato de Concessão URAE-1		
Custo	405.245	588.534
Amortização acumulada	(250.796)	(249.794)
(=) Líquido	154.449	338.740
Direito de uso - Outros ativos		
Veículos	216.428	216.431
Imóveis	24.142	22.098
Equipamentos	76	1.577
Amortização acumulada	(188.678)	(115.370)
(=) Líquido	51.968	124.736
Total - Arrendamentos e Direito de uso	**206.417**	**463.476**

O passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos. Vide informações sobre o passivo na Nota 17.

A tabela a seguir demonstra o valor do impacto sobre o resultado da Companhia:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Amortização do direito de uso	(108.596)	(114.111)
Resultado financeiro – despesa de juros e variação monetária	(156.251)	(134.509)
Despesas de arrendamentos de curto prazo e baixo valor	(21.983)	(28.411)
Redução do lucro do período	**(286.830)**	**(277.031)**

(f) Contratos de performance

A SABESP possui contratos para construção de ativos no modelo de performance, nos quais a contratada é remunerada pela entrega de resultado e não somente pela execução de obras. Os saldos contábeis dos contratos vigentes registrados no ativo de contrato e outros ativos da concessão e no intangível estão demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo de contrato e outros ativos da concessão	601.064	380.204
Intangível	1.077.363	1.933.347
Total	**1.678.427**	**2.313.551**

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, estão demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
Contratos de performance	120.776	6.151	126.927	287.109	137.441	424.550

Política contábil

A Companhia registra como intangíveis os ativos decorrentes de contratos de concessão, que serão reversíveis ao poder concedente ao final do prazo da concessão, sendo que os principais custos são transferidos do Ativo de contrato e outros ativos da concessão.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A amortização reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão ou de sua vida útil.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações em bens, recebidas de terceiros e entidades governamentais que permitem que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são registrados nas demonstrações financeiras a custo zero, uma vez que esses bens pertencem ao poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica “Outras receitas operacionais”.

Para o contrato de concessão com a URAE-1 firmado com o advento da desestatização da Companhia em julho de 2024, os investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão são contabilizados como Ativo financeiro da concessão (Nota 15).

Os arrendamentos mercantis são reconhecidos pelo valor presente das obrigações contratuais, apresentados no ativo como Direito de Uso (Nota 14 (f)) e no passivo como Arrendamentos (Nota 17 (b)), exceto os contratos de curto prazo (12 meses ou menos) e/ou de baixo valor (abaixo de US$ 5 mil), que são reconhecidos como despesa quando incorridos.

(a) Contratos de concessão/URAE-1

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e esgotamento sanitário, firmados com os poderes concedentes. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

(i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
(ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a Companhia tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a obrigação de pagar pelos serviços.

Ativos intangíveis relacionados às concessões são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor.

Os detalhes referentes à amortização do intangível estão descritos na Nota 14 (d).

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

O intangível é revisto anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 14.026/2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização.

15 Ativo financeiro da concessão

Com a conclusão do processo de desestatização e a assinatura do contrato com a URAE-1 em julho de 2024, foi estabelecido um único contrato abrangendo 371 municípios, com novo prazo de vencimento em 2060. Esse contrato trouxe maior segurança jurídica e resultou em um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão. Diante disso, a Companhia reconheceu a modificação do contrato, que levou à bifurcação dos ativos de concessão, considerando o direito contratual de que os investimentos reversíveis e não totalmente amortizados até o término do contrato deverão ser indenizados.

Os impactos de Imposto de Renda e Contribuição Social e de PIS e Cofins são diferidos até o momento de sua realização.

A movimentação do saldo do Ativo financeiro da concessão resultante do contrato de concessão URAE-1 está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2024	Transferência de ativo de contrato (a)	Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (b)	31 de dezembro de 2025
Ativo Financeiro da Concessão				
Contrato de Concessão - URAE-1	17.601.626	2.387.270	1.676.434	21.665.330

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) dos ativos de contrato e outros ativos da concessão para ativo financeiro da concessão, que estavam reconhecidos pelo seu custo;
(b) Revisão do ativo financeiro da concessão considerando a atualização pelo IPCA, por ser o índice utilizado pela agência reguladora para correção dos ativos a serem indenizados.

Política contábil

Durante a vigência dos contratos de concessão, a SABESP realiza investimentos contínuos para garantir a qualidade e continuidade dos serviços, podendo repor os bens vinculados à concessão até o término do contrato.

Ao final da concessão, os ativos de infraestrutura são revertidos ao poder concedente mediante indenização quando prevista em contrato, calculada com base no valor justo atualizado pelo IPCA. A SABESP reconhece como ativo financeiro a parcela dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ao final do contrato, registrando sua atualização como receita operacional, alinhada ao modelo de negócio da Companhia. Desta forma, a Companhia trata os ativos financeiros como uma continuação ao ativo de contrato relacionado ao contrato de construção.

A atualização do ativo financeiro da concessão representa receita tributável para fins de PIS e Cofins, sujeita às alíquotas não cumulativas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. Entretanto, dada a relevância dos valores envolvidos, a Companhia realizou consulta formal à Entidade Reguladora, a fim de esclarecer qual seria o tratamento mais adequado a ser dispensado a esta questão. A ARSESP, em resposta à consulta encaminhada por meio do Ofício nº 180/2025-ARSESP-P, esclareceu que, efetivamente, os valores relativos aos impostos deveriam ser majorados ao valor do investimento classificado como ativo financeiro.

A partir de dezembro de 2025, em linha com a definição da ARSESP referente neutralidade tributária, a Administração revisou as premissas utilizadas no processo de reconhecimento do ativo financeiro.

Essa revisão teve como objetivo refletir de forma mais adequada o montante a ser indenizado de forma incondicional ao final do prazo de concessão.

Como resultado dessa revisão, houve uma mudança de estimativa contábil relacionada ao reconhecimento do montante do ativo financeiro correspondente a majoração do PIS e da COFINS incidente sobre a base do ativo financeiro já registrada.

Em 31 de dezembro de 2025, a aplicação da nova estimativa resultou no reconhecimento do valor adicional de R$ 1 bilhão no ativo financeiro, aumentando, em igual montante, a receita operacional. Face a este valor, existe passivo diferido em igual proporção.

Os efeitos para períodos subsequentes dependerão dos valores efetivamente reconhecidos como ativo financeiro e de sua atualização, os quais somente poderão ser mensurados à medida em que ocorrerem.

16 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora e Consolidado							
	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
	Custo	Depreciação	Líquido	Vida útil	Custo	Depreciação	Líquido	Vida útil
Terrenos	94.001	-	94.001	-	94.751	-	94.751	-
Edificações	134.818	(49.179)	85.639	50 anos	127.968	(47.048)	80.920	50 anos
Equipamentos	629.653	(346.037)	283.616	5 - 20 anos	480.800	(331.056)	149.744	5 - 20 anos
Equipamentos de transporte	126.689	(18.394)	108.295	10 anos	35.163	(11.624)	23.539	10 anos
Móveis e utensílios	41.465	(19.141)	22.324	15 anos	38.557	(17.777)	20.780	15 anos
Infraestrutura de geração de energia	165.100	(18.084)	147.016	15 - 20 anos	126.102	(4.569)	121.533	15 - 20 anos
Outros	7.278	(620)	6.658	20 anos	7.487	(558)	6.929	20 anos
Imobilizado em andamento	143.242	-	143.242	-	63.352	-	63.352	-
Total	**1.342.246**	**(451.455)**	**890.791**		**974.180**	**(412.632)**	**561.548**	

Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2024	Adições	Transferências	Baixas e Alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2025
Terrenos	94.751	62	(812)	-	-	94.001
Edificações	80.920	1.173	5.682	-	(2.136)	85.639
Equipamentos	149.744	-	161.333	(563)	(26.898)	283.616
Equipamentos de transporte	23.539	-	92.046	(5)	(7.285)	108.295
Móveis e utensílios	20.780	-	3.896	(93)	(2.259)	22.324
Infraestrutura de geração de energia	121.533	-	34.335	-	(8.852)	147.016
Outros	6.929	-	(36)	(45)	(190)	6.658
Imobilizado em Andamento	63.352	290.755	(210.865)	-	-	143.242
Total	**561.548**	**291.990**	**85.579**	**(706)**	**(47.620)**	**890.791**

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2023	Adições	Transferências	Baixas e Alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2024
Terrenos	94.228	-	523	-	-	94.751
Edificações	73.088	670	9.404	-	(2.242)	80.920
Equipamentos	110.082	-	69.544	(256)	(29.626)	149.744
Equipamentos de transporte	4.179	-	20.226	-	(866)	23.539
Móveis e utensílios	21.194	47	1.706	(31)	(2.136)	20.780
Infraestrutura de geração de energia	43.196	-	82.377	-	(4.040)	121.533
Outros	6.873	12	249	-	(205)	6.929
Imobilizado em Andamento	121.720	99.998	(158.366)	-	-	63.352
Total	**474.560**	**100.727**	**25.663**	**(287)**	**(39.115)**	**561.548**

Política contábil

O imobilizado compreende, principalmente, as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão e ativos não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação e as perdas por recuperabilidade, quando necessárias. Quando aplicável, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial, estabelecido pela Companhia como superior a 12 meses, para ficar pronto para uso, considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados no resultado do exercício, quando incorridos.

O imobilizado tem a sua depreciação iniciada quando se torna disponível para uso, em seu local e na condição necessária, a partir do momento que esse ativo entra em operação. A depreciação é calculada de acordo com o método linear e as taxas médias são apresentadas na Nota 16 (a). Os terrenos não sofrem depreciação.

As vidas úteis dos ativos são revisadas e ajustadas, se apropriado, ao final de cada exercício.

O ativo imobilizado é revisto anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 14.026/2020, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, por meio da tarifa ou via indenização.

Os ganhos e as perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos no resultado do exercício, em outras receitas (despesas) operacionais.

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda

são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda.

17 Empréstimos e financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	Controladora					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Instituição financeira	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional						
Debêntures	2.764.582	20.230.117	22.994.699	1.323.040	10.373.183	11.696.223
Caixa Econômica Federal	134.275	1.495.481	1.629.756	123.495	1.559.847	1.683.342
BNDES	259.341	564.501	823.842	262.709	803.011	1.065.720
BID	307.349	2.680.484	2.987.833	260.899	3.425.530	3.686.429
IFC	64.450	2.645.882	2.710.332	44.200	2.706.779	2.750.979
Arrendamento (Concessão)	84.214	110.214	194.428	108.533	208.611	317.144
Arrendamento (Outros)	72.440	9.627	82.067	97.657	53.267	150.924
Outros	616	328	944	1.868	931	2.799
Juros	1.139.091	-	1.139.091	548.372	-	548.372
Total em moeda nacional	**4.826.358**	**27.736.634**	**32.562.992**	**2.770.773**	**19.131.159**	**21.901.932**
Em moeda estrangeira						
BID	56.573	973.833	1.030.406	89.222	919.189	1.008.411
BIRD	33.453	1.112.127	1.145.580	37.707	793.697	831.404
JICA	150.779	1.965.688	2.116.467	203.754	1.280.402	1.484.156
IFC	-	3.380.431	3.380.431	-	-	-
Juros	65.727	-	65.727	32.394	-	32.394
Total em moeda estrangeira	**306.532**	**7.432.079**	**7.738.611**	**363.077**	**2.993.288**	**3.356.365**
Total geral	**5.132.890**	**35.168.713**	**40.301.603**	**3.133.850**	**22.124.447**	**25.258.297**

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Instituição financeira	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional						
Debêntures	2.764.582	17.282.427	20.047.009	1.323.040	10.373.183	11.696.223
Caixa Econômica Federal	134.275	1.495.481	1.629.756	123.495	1.559.847	1.683.342
BNDES	259.341	564.501	823.842	262.709	803.011	1.065.720
BID	307.349	2.680.484	2.987.833	260.899	3.425.530	3.686.429
IFC	64.450	2.645.882	2.710.332	44.200	2.706.779	2.750.979
Arrendamento (Concessão)	84.214	110.214	194.428	108.533	208.611	317.144
Arrendamento (Outros)	72.440	9.627	82.067	97.657	53.267	150.924
Outros	616	328	944	1.868	931	2.799
Juros	1.033.884	-	1.033.884	548.372	-	548.372
Total em moeda nacional	**4.721.151**	**24.788.944**	**29.510.095**	**2.770.773**	**19.131.159**	**21.901.932**
Em moeda estrangeira						
BID	56.573	973.833	1.030.406	89.222	919.189	1.008.411
BIRD	33.453	1.112.127	1.145.580	37.707	793.697	831.404
JICA	150.779	1.965.688	2.116.467	203.754	1.280.402	1.484.156
IFC	-	3.380.431	3.380.431	-	-	-
Blue Bonds	-	2.828.508	2.828.508	-	-	-
Juros	130.860	-	130.860	32.394	-	32.394
Total em moeda estrangeira	**371.665**	**10.260.587**	**10.632.252**	**363.077**	**2.993.288**	**3.356.365**
Total geral	**5.092.816**	**35.049.531**	**40.142.347**	**3.133.850**	**22.124.447**	**25.258.297**

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025

Cronograma de Liquidação	Controladora							
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2031 até 2048	Total
Em moeda nacional								
Debêntures	2.764.582	1.190.600	689.330	1.346.863	4.511.589	3.216.000	9.275.735	22.994.699
Caixa Econômica Federal	134.275	142.638	151.387	157.420	155.126	141.077	747.833	1.629.756
BNDES	259.341	246.023	87.200	35.313	35.313	35.313	125.339	823.842
BIDs Nacional	307.349	289.669	359.999	330.039	265.949	265.949	1.168.879	2.987.833
IFCs	64.450	91.400	147.450	218.700	335.000	559.800	1.293.532	2.710.332
Arrendamento Mercantil	156.654	7.950	17.778	23.696	12.549	52.327	5.541	276.495
Outros	616	187	141	-	-	-	-	944
Juros e Demais Encargos	1.139.091	-	-	-	-	-	-	1.139.091
Total em moeda nacional	**4.826.358**	**1.968.467**	**1.453.285**	**2.112.031**	**5.315.526**	**4.270.466**	**12.616.859**	**32.562.992**
Em moeda estrangeira								
BID	56.573	56.573	56.573	56.573	56.573	56.573	690.968	1.030.406
BIRD	33.453	33.453	33.453	78.294	78.294	78.294	810.339	1.145.580
JICA	150.779	200.959	251.139	251.139	174.232	174.232	913.987	2.116.467
IFCs	-	-	-	1.674.532	1.674.532	-	31.367	3.380.431
Juros e Demais Encargos	65.727	-	-	-	-	-	-	65.727
Total em moeda estrangeira	**306.532**	**290.985**	**341.165**	**2.060.538**	**1.983.631**	**309.099**	**2.446.661**	**7.738.611**
Total Geral	**5.132.890**	**2.259.452**	**1.794.450**	**4.172.569**	**7.299.157**	**4.579.565**	**15.063.520**	**40.301.603**

Cronograma de Liquidação	Consolidado							
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2031 até 2048	Total
Em moeda nacional								
Debêntures	2.764.582	1.190.600	689.330	1.346.863	1.720.388	3.216.000	9.119.246	20.047.009
Caixa Econômica Federal	134.275	142.638	151.387	157.420	155.126	141.077	747.833	1.629.756
BNDES	259.341	246.023	87.200	35.313	35.313	35.313	125.339	823.842
BIDs Nacional	307.349	289.669	359.999	330.039	265.949	265.949	1.168.879	2.987.833
IFCs	64.450	91.400	147.450	218.700	335.000	559.800	1.293.532	2.710.332
Arrendamento Mercantil	156.654	7.950	17.778	23.696	12.549	52.327	5.541	276.495
Outros	616	187	141	-	-	-	-	944
Juros e Demais Encargos	1.033.884	-	-	-	-	-	-	1.033.884
Total em moeda nacional	**4.721.151**	**1.968.467**	**1.453.285**	**2.112.031**	**2.524.325**	**4.270.466**	**12.460.370**	**29.510.095**
Em moeda estrangeira								
BID	56.573	56.573	56.573	56.573	56.573	56.573	690.968	1.030.406
BIRD	33.453	33.453	33.453	78.294	78.294	78.294	810.339	1.145.580
JICA	150.779	200.959	251.139	251.139	174.232	174.232	913.987	2.116.467
IFCs	-	-	-	1.674.532	1.674.532	-	31.367	3.380.431
Blue Bonds	-	-	-	-	2.828.508	-	-	2.828.508
Juros e Demais Encargos	130.860	-	-	-	-	-	-	130.860
Total em moeda estrangeira	**371.665**	**290.985**	**341.165**	**2.060.538**	**4.812.139**	**309.099**	**2.446.661**	**10.632.252**
Total Geral	**5.092.816**	**2.259.452**	**1.794.450**	**4.172.569**	**7.336.464**	**4.579.565**	**14.907.031**	**40.142.347**

(ii) Movimentação

Movimentação	Controladora												
	31 de dezembro de 2024	Adição	Captações	Custos de captações	Var. mon. e cambiais	Var. mon. e cambiais Capitalizada	Juros pagos	Amortização	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas capitalizados	Despesas com custos de captações	Valor justo	31 de dezembro de 2025
Em moeda nacional													
Debêntures	12.062.023	-	13.584.300	(181.512)	210.435	55.463	(1.413.689)	(2.568.437)	1.563.871	410.249	31.473	166.665	23.920.841
Caixa Econômica Federal	1.688.057	-	59.514	-	31.293	5.217	(129.881)	(149.610)	108.808	20.925	-	-	1.634.323
BNDES	1.069.075	-	-	-	18.136	5.331	(73.204)	(265.714)	56.058	16.546	352	-	826.580
BID	3.805.995	-	-	(79)	-	-	(409.438)	(702.858)	283.246	155.002	4.342	-	3.136.210
IFC	2.805.918	-	-	-	-	-	(457.343)	(44.200)	311.151	148.526	3.553	-	2.767.605
Arrendamento (Concessão)	317.144	-	-	-	-	-	(22.710)	(183.910)	83.903	-	-	-	194.427
Arrendamento (Outros)	150.924	541	-	-	-	-	-	(99.684)	30.287	-	-	-	82.068
Outros	2.796	-	-	-	-	-	(58)	(1.856)	19	37	-	-	938
Total em moeda nacional	**21.901.932**	**541**	**13.643.814**	**(181.591)**	**259.864**	**66.011**	**(2.506.323)**	**(4.016.269)**	**2.437.343**	**751.285**	**39.720**	**166.665**	**32.562.992**
Em moeda estrangeira													
BIDs	1.017.833	-	211.653	(4.505)	(108.977)	(6.006)	(53.406)	(85.657)	47.168	3.762	1.296	14.021	1.037.182
BIRD	846.017	-	437.507	(2.346)	(90.173)	(787)	(46.133)	(34.034)	45.786	861	701	3.308	1.160.707
JICA	1.492.515	-	1.030.950	(10.426)	(128.344)	1.632	(21.509)	(159.889)	20.954	697	374	(101.669)	2.125.285
IFCs	-	-	3.372.828	(35.733)	(24.945)	1.178	(68.949)	-	102.377	1.580	2.133	64.968	3.415.437
Total em moeda estrangeira	**3.356.365**	**-**	**5.052.938**	**(53.010)**	**(352.439)**	**(3.983)**	**(189.997)**	**(279.580)**	**216.285**	**6.900**	**4.504**	**(19.372)**	**7.738.611**
Total Geral	**25.258.297**	**541**	**18.696.752**	**(234.601)**	**(92.575)**	**62.028**	**(2.696.320)**	**(4.295.849)**	**2.653.628**	**758.185**	**44.224**	**147.293**	**40.301.603**

Movimentação	Consolidado												
	31 de dezembro de 2024	Adição	Captações	Custos de captações	Var. mon. e cambiais	Var. mon. e cambiais Capitalizada	Juros pagos	Amortização	Juros provisionados	Provisão de juros e taxas capitalizados	Despesas com custos de captações	Valor justo	31 de dezembro de 2025
Em moeda nacional													
Debêntures	12.062.023	-	10.818.600	(181.512)	184.934	55.463	(1.413.689)	(2.568.437)	1.458.664	410.249	31.473	10.176	20.867.944
Caixa Econômica Federal	1.688.057	-	59.514	-	31.293	5.217	(129.881)	(149.610)	108.808	20.925	-	-	1.634.323
BNDES	1.069.075	-	-	-	18.136	5.331	(73.204)	(265.714)	56.058	16.546	352	-	826.580
BID	3.805.995	-	-	(79)	-	-	(409.438)	(702.858)	283.246	155.002	4.342	-	3.136.210
IFC	2.805.918	-	-	-	-	-	(457.343)	(44.200)	311.151	148.526	3.553	-	2.767.605
Arrendamento (Concessão)	317.144	-	-	-	-	-	(22.710)	(183.910)	83.903	-	-	-	194.427
Arrendamento (Outros)	150.924	541	-	-	-	-	-	(99.684)	30.287	-	-	-	82.068
Outros	2.796	-	-	-	-	-	(58)	(1.856)	19	37	-	-	938
Total em moeda nacional	**21.901.932**	**541**	**10.878.114**	**(181.591)**	**234.363**	**66.011**	**(2.506.323)**	**(4.016.269)**	**2.332.136**	**751.285**	**39.720**	**10.176**	**29.510.095**
Em moeda estrangeira													
BIDs	1.017.833	-	211.653	(4.505)	(108.977)	(6.006)	(53.406)	(85.657)	47.168	3.762	1.296	14.021	1.037.182
BIRD	846.017	-	437.507	(2.346)	(90.173)	(787)	(46.133)	(34.034)	45.786	861	701	3.308	1.160.707
JICA	1.492.515	-	1.030.950	(10.426)	(128.344)	1.632	(21.509)	(159.889)	20.954	697	374	(101.669)	2.125.285
IFCs	-	-	3.372.828	(35.733)	(24.945)	1.178	(68.949)	-	102.377	1.580	2.133	64.968	3.415.437
Blue Bonds	-	-	2.659.300	(19.679)	93.245	-	-	-	63.610	-	1.656	95.509	2.893.641
Total em moeda estrangeira	**3.356.365**	**-**	**7.712.238**	**(72.689)**	**(259.194)**	**(3.983)**	**(189.997)**	**(279.580)**	**279.895**	**6.900**	**6.160**	**76.137**	**10.632.252**
Total Geral	**25.258.297**	**541**	**18.590.352**	**(254.280)**	**(24.831)**	**62.028**	**(2.696.320)**	**(4.295.849)**	**2.612.031**	**758.185**	**45.880**	**86.313**	**40.142.347**

(a) Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025

33ª Emissão de debêntures

Em 5 de fevereiro de 2025, a Companhia captou o montante de R$ 3.700 milhões por meio da 33ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com as seguintes características:

Série	Valor	Taxa	Vencimento
33ª emissão - 1ª série	1.000.000	CDI + 0,51% a.a.	2032
33ª emissão - 2ª série	1.400.000	IPCA + 7,55% a.a.	2035
33ª emissão - 3ª série	1.300.000	IPCA + 7,38% a.a.	2040
Total	**3.700.000**		

Os recursos provenientes da emissão serão destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros vincendos em 2025, à recomposição e reforço de caixa e à execução dos investimentos para a Universalização de serviços de saneamento.

Em fevereiro de 2025, foram contratadas as operações de swap de taxa de juros para a 2ª série, trocando de IPCA + 7,5485% a.a. para CDI -0,34% a.a. e para a 3ª série, trocando de IPCA + 7,3837% a.a. para CDI - 0,45% a.a.

Os covenants pactuados para a 33 ª Emissão de Debêntures são:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser menor ou igual a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 1,5;

O não cumprimento dos índices financeiros acima por, no mínimo, dois trimestres consecutivos ou, ainda, por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias), constitui evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures, alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Companhia para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência do contrato, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Companhia superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando se as informações financeiras divulgadas pela Companhia.

O descumprimento do limite acima constitui evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures.

22 ª Emissão de debêntures

No período findo de 31 de março de 2025, a Companhia realizou a amortização final da 22ª emissão de debentures,

no montante de R$ 191.184, sendo R$ 180.237 de principal e R$ 10.947 de juros.

30 ª Emissão de debêntures

No período findo de 31 de março de 2025, a Companhia realizou a amortização parcial da 30ª emissão de debentures, no montante de R$ 148.571, sendo R$ 125.000 de principal e R$ 23.571 de juros.

BID INVEST 2020

No período findo de 31 de março de 2025, a Companhia realizou o pré-pagamento integral da tranche de longo prazo, no montante de R$ 492.119, sendo R$ 459.740 de principal e R$ 32.379 de juros. Adicionalmente, em 10 de fevereiro de 2025, o spread da tranche de médio prazo foi renegociado, passando de DI + 1,90% para DI + 0,90%, tornando se efetiva desde 18 de fevereiro de 2025.

BNDES

No período findo de 31 de março de 2025, a Companhia realizou a amortização parcial, dos contratos junto ao BNDES, no montante de R$ 90.845, sendo R$ 70.994 de principal e R$ 20.042 de juros.

IFC 2025

Em junho de 2025, a Companhia captou o montante de R$ 3.373 milhões junto ao IFC, com as seguintes características:

Moeda	Valor (Moeda Origem)	Valor (R$)	Taxa	Custo Hedge	Vencimento
Dólar	350.000	1.973.650	SOFR + 1,80% a.a.	DI + 0,85%% a.a.	2032
Euro	220.000	1.399.178	EURIBOR + 1,85% a.a.	DI + 1,20% a.a.	2035
Total		**3.372.828**			

Os covenants pactuados são: Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais: - Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser menor ou igual a 3,50; - EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35. Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos. (não se aplicando a esta hipótese qualquer período de cura).

34ª, 35ª e 36ª Emissões de Debêntures

No terceiro trimestre, a Companhia captou o montante de R$ 4.884 milhões por meio de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em séries únicas, com as seguintes características:

Instrumento	Valor (R$)	Taxa	Vencimento
34ª emissão	1.068.600	DI	2032
35ª emissão	1.000.000	IPCA + 7,26% a.a.	2035

36ª emissão	2.815.700	IPCA + 9,28% a.a.	2030
Total	**4.884.300**		

Foram contratadas operações de *swap* de taxa de juros para 35ª emissão, trocando de IPCA + 7,26% a.a. para DI - 0,32% a.a. e para a 36ª emissão, trocando de IPCA + 9,28% a.a. para DI + 1,39% a.a. Com relação à 36ª emissão, do montante de R$ 2.815.700 milhões, R$ 2.765.700 milhões possuem como contraparte da subsidiária integral SABESP Lux.

Os *covenants* pactuados para a 34ª e 35ª emissões são:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser menor ou igual a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 1,5;

O não cumprimento dos índices financeiros acima por, no mínimo, dois trimestres consecutivos ou, ainda, por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses (não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 dias), constitui evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das debêntures, alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Companhia para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência do contrato, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Companhia superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Companhia durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Companhia. O descumprimento do limite acima constitui evento de inadimplemento que pode levar ao vencimento antecipado das Debêntures.

A 36ª emissão não possui *covenants* financeiros.

***Blue Sênior Unsecured Notes* ("*Blue Bonds*")**

Em julho de 2025, a subsidiária integral da Companhia, SABESP Lux, precificou a oferta de *blue sênior unsecured notes* no volume total de US$ 500.000 mil, garantidos pela Sabesp. A emissão dos *Blue Bonds* ocorreu com taxa de 5,625% a.a., com vencimento em agosto de 2030 e pagamento de juros semestral. Foram contratadas operações de *swap* de taxa de juros, trocando de 5,625% a.a. para IPCA +9,28% a.a. Esta operação tem os mesmos termos da 36ª emissão mencionada acima.

BID 1212:

Em julho de 2025, a Companhia realizou a amortização final no montante de R$ 29.420, sendo R$ 28.628 de principal e R$ 792 de juros.

28ª Emissão de debêntures:

Em julho de 2025, a Companhia realizou a amortização parcial da 28ª emissão de debêntures, no montante de R$

509.085, sendo R$ 444.100 de principal e R$ 64.985 de juros.

37ª Emissões de Debêntures

No quarto trimestre, a Companhia captou o montante de R$ 5.000 milhões por meio de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com as seguintes características:

Instrumento	Valor	Taxa	Vencimento
37ª emissão - 1ª série	3.500.000	DI +0,69%	2032
37ª emissão - 2ª série	1.500.000	DI+0,90%	2035
Total	**5.000.000**		

A 37ª emissão não possui *covenants* financeiros.

JICA 2025

Em outubro de 2025, a Companhia firmou um contrato de financiamento com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) no montante total de Iene 30 bilhões. O financiamento tem prazo de doze anos com as seguintes características:

Instrumento	Valor (Moeda Origem)	Valor (R$)	Taxa	Custo Hedge	Vencimento
JICA 2025 Iene	30.000.000	1.030.950	2,00% a.a.	DI - 0,69% a.a.	2037

Os covenants pactuados são:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das informações trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado deve ser menor ou igual a 3,50;
- EBITDA ajustado em relação às despesas financeiras pagas deve ser igual ou superior a 2,35.

Deverão ser mantidos durante 2 (dois) trimestres consecutivos ou não durante qualquer período de 4 (quatro) trimestres consecutivos. (não se aplicando a esta hipótese qualquer período de cura).

(b) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, os custos das obras são capitalizados no ativo de contrato em contrapartida ao passivo do arrendamento.

Nesta rubrica também são registrados os valores a pagar pelos direitos de uso de ativos, vide Nota 14 (e).

(c) Compromissos financeiros – *Covenants*

A tabela a seguir mostra as cláusulas mais restritivas em 31 de dezembro de 2025.

	Cláusulas restritivas
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Ajustada	Igual ou superior a 3,50
EBITDA / Despesa Financeira Paga	Igual ou superior a 2,35
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,00
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 3,50
Outras Dívidas Onerosas (1) / EBITDA Ajustado	Igual ou inferior a 1,00

(1) A definição contratual para "Outras Dívidas Onerosas" é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

Aproximadamente 35% do saldo da dívida em 31 de dezembro de 2025 possuía limites de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(d) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

	Controladora e Consolidado
Agente	31 de dezembro de 2025
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	703
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	7
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	577
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD	501
Banco BTG Pactual	949
Outros	4
Total	**2.741**

(*) utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento de venda na data de 31 de dezembro de 2025 (US$ 1,00 = R$ 5,5024).

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com a efetiva execução das obras.

(e) Informações gerais

Abaixo constam informações detalhadas dos empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2025. Para melhor compreensão, a tabela abaixo consolida os instrumentos por instituição financeira, remuneração, moeda de origem e garantias atreladas:

Instituição financeira/ Instrumento	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Moeda
Inter-American Development Bank	Governo Federal	2025 - 2044	SOFR + 0.85% a 1.20%	Dólar
Inter-American Development Bank	Recursos próprios	2034 - 2036	CDI+ 0.50% e CDI 2.70%	Real
Inter-American Development Bank	Governo Federal	2035	CDI + 0.86%	Real
International Finance Corporation	Recursos próprios	2030	SOFR + 1.80%	Euro
International Finance Corporation	Recursos próprios	2030	EURIBOR + 1.85%	US$
International Finance Corporation	Recursos próprios	2032 - 2034	CDI+0.3735% a 2%	Real
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	Governo Federal	2048	SOFR + 0.74% e 1.84%	Dólar
JICA	Governo Federal	2029 - 2037	0.01% - 2.5%	Iene
JICA	Recursos próprios	2037	0.02%	Iene
Debêntures	Recursos próprios	2026 - 2040	CDI+ 0.00% a 1.80%	Real
Debêntures	Recursos próprios	2029 - 2040	IPCA + 3.20% a 9.2860%	Real
Debêntures	Recursos próprios	2027 - 2028	1.60% a 2.25%	Real
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2025 a 2042	TR + 5% a 9.5%	Real
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	Recursos próprios	2026 - 2035	TJLP + 1.72% a 2.18%	Real
Blue Sênior Unsecured Notes (“Blue Bonds”)	Recursos próprios	2030	0.06%	Dólar
Fehidro	Recursos próprios	2035	0.03%	Real
Arrendamento Mercantil	Recursos próprios	2035	IPCA + 7.73% a 10.12%	Real
Arrendamento Mercantil	Recursos próprios	2042	9.74% a 15.24%	Real

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado (exceção feita aos passivos designados irrevogavelmente para mensuração a valor justo por meio do resultado, conforme Nota 20). Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos circulantes, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizados como empréstimos.

Custos de empréstimos são juros e outros encargos nos quais a Companhia incorre e são oriundos dos contratos de empréstimos e financiamentos, incluindo variação cambial.

Os custos que são atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demandam um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. A capitalização ocorre durante o período de construção do ativo, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se eles fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamentos similares.

A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização no exercício corrente foi de 25%.

18 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ativos financeiros classificados na categoria de custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, precatórios, outros ativos e saldos a receber da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, ativos financeiros da concessão, saldos a pagar com fornecedores, empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira (exceto aqueles designados irrevogavelmente ao valor justo por meio do resultado conforme Nota 19), serviços a pagar e saldos a pagar decorrentes de Parcerias Público-Privada - PPPs, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo, exceto pelos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 1.139.064 (R$ 1.228.389 em 31 de dezembro de 2024), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 11. Parte deste saldo, no montante de R$ 1.016.697 (R$ 1.105.299 em 31 de dezembro de 2024), refere-se ao reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - Go, indexado pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproximava àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b), na data da transação, com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos. A única exceção refere-se aos empréstimos e financiamentos, em função de: (i) prazos de vencimento próximos às datas de divulgação das demonstrações financeiras; (ii) comparação entre as taxas de juros contratuais e as taxas de mercado em operações similares nos períodos de encerramento; e (iii) características próprias da natureza e dos prazos dessas obrigações.

	Controladora		Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	40.301.603	40.360.558	40.142.347	40.376.452	25.258.297	26.362.590

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

(i) Os contratos com a CEF foram projetados até os seus vencimentos finais, à taxa média de juros acrescidas da TR x DI e ao prazo médio contratual, foram descontados a valor presente por uma taxa de captação específica para a Companhia em contratos similares, acrescidas da TR x DI, na data de encerramento das demonstrações financeiras. As taxas TR x DI foram obtidas na B3.

(ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.

(iii) Financiamentos – BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, refletem as condições para esses tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, sendo que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

(iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da B3.

(v) Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas mais a taxa futura da SOFR, obtida na *Bloomberg*, sendo descontados a valor presente utilizando curva cupom cambial, obtida na B3, adicionada da LFT futura, divulgada pela ANBIMA no mercado secundário. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2025.

(vi) Os s contratos com indexador JPY + (IENE) são projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, convertidos para a moeda real, através da taxa a termo JPY/BRL (NDF) para o prazo e descontados a valor presente utilizando a curva DI interpolada, obtida na B3 sendo o valor contábil igual ao valor justo. Adicionalmente, para efeitos de *hedge accounting*, utiliza-se a TIR (Taxa Interna de Retorno) de *inception* calculada no momento da designação.

(vii) Arrendamento mercantil e arrendamento mercantil IFRS 16 são instrumentos considerados pelo valor presente. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2025.

Os instrumentos financeiros referentes a empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo e não houve transferências entre os níveis durante o período.

Não existem instrumentos classificados como níveis 1 ou 3.

Política contábil

Ativo financeiro – Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha ativos financeiros classificados nas categorias de custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, exceto pelo contas a receber, que é mensurado inicialmente pelo seu preço de transação, pois não contém componentes de financiamentos, e posteriormente mensurado ao custo amortizado.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria são reconhecidas as variações ativas e passivas do valor justo dos instrumentos derivativos designados como *hedge* de valor justo que a Companhia utilizou para proteger-se contra o risco e variabilidade dos financiamentos denominados em Iene.

Passivo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha passivos financeiros classificados nas duas categorias citadas e em 31 de dezembro de 2024 somente na categoria de custo amortizado.

Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos em moeda nacional, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Valor justo por por meio do resultado

Nesta categoria são reconhecidos os instrumentos financeiros derivativos e os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48/ IFRS 9 forem atendidos.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação. Para fins

de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

19 Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia está exposta a determinados riscos relacionados às suas operações. Os principais riscos gerenciados com instrumentos derivativos são o risco cambial e risco de taxa de juros.

A estratégia de gerenciamento de risco da Companhia e como ela é aplicada está divulgada na Nota 5.1 acima, aplicável aos saldos consolidados. Em 31 de dezembro de 2025, referente a operações com derivativos, a Companhia mantinha uma posição passiva de R$ 521.832 mil no Consolidado e R$ 661.421 na Controladora (Em 31 de dezembro de 2024, uma posição ativa de R$ 67.440 mil no Consolidado e na Controladora).

Derivativos designados como instrumentos de *hedge*

Hedges de valor justo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha contrato de *swap* de taxa de juros e moeda com valor nocional de Iene 36 bilhões, US$ 761 milhões e Euro 220 milhões (Iene 36 milhões em 31 de dezembro de 2024), que prevê que a Companhia receba taxas de juros fixas e variáveis e pague uma taxa variável igual à DI reduzida ou acrescida de um percentual de juros. Os *swaps* estão sendo utilizados como *hedge* da exposição às variações no valor justo dos empréstimos e financiamentos.

Existe uma relação econômica entre os itens protegidos por *hedge* e os instrumentos de *hedge*, uma vez que os termos dos *swaps* correspondem aos termos das operações de empréstimos e financiamentos (por exemplo, o valor nocional, índices e a data de vencimento). Para testar a efetividade das operações de *hedge* de valor justo, a Companhia utiliza o método de avaliação dos termos críticos (*critical terms match*) a fim de se avaliar se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros.

As potenciais fontes de inefetividade de hedge avaliadas pela Companhia são:

- Diferenças no timing dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de hedge.
- Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de hedge.
- O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de hedge e itens protegidos.

O efeito do *hedge* de valor justo no balanço patrimonial e demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2025 é demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado								
Operação	Moeda/ índice	Instrumento	Valor Nocional	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos- *Swap* Acumulado	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos - *Swap* 2025	Ganho / (Perda) com valor Justo sobre o item protegido
1	Iene	Cross-currency swap	36.787.581	1.100.600	1.319.343	(218.743)	(362.310)	60.501
2	Euro	Cross currency swap	220.000	1.469.888	1.495.813	(25.925)	(91.746)	(34.631)
3	Dolar	Cross-currency swap	761.261	4.233.926	4.505.803	(271.877)	(527.372)	(47.666)
Total				**6.804.414**	**7.320.959**	**(516.545)**	**(981.428)**	**(21.796)**

O efeito do *hedge* de valor justo no balanço patrimonial e demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2024 é demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado								
Operação	Moeda/ índice	Instrumento	Valor Nocional	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos- *Swap* Acumulado	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos - *Swap* 2025	Ganho / (Perda) com valor Justo sobre o item protegido
1	Yen	Cross-currency swap	36.787.581	1.487.655	1.462.965	24.690	24.690	(34.388)

Hedges de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não mantinha nenhuma operação designada como hedge de fluxo de caixa.

Em 2024 a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (*hedge*) de forma a mitigar o risco cambial, assumindo como contrapartida uma variação da taxa DI reduzido de um percentual de juros, conforme descrito na Nota 5.1.

Existia uma relação econômica entre os itens protegidos por *hedge* e os instrumentos de *hedge*, uma vez que os termos dos *swaps* correspondem aos termos das operações de empréstimos e financiamentos (por exemplo, o valor nocional, índices e a data de vencimento). Para testar a efetividade das operações de *hedge* de fluxo de caixa, a Companhia utilizou o método de avaliação dos termos críticos (*critical terms match*) a fim de se avaliar se todos os termos do derivativo estavam alinhados com os termos do objeto de *hedge*, em relação a prazos, amortizações, *notional* contratado, e pagamento de juros.

As potenciais fontes de inefetividade de *hedge* avaliadas pela Companhia na ocasião eram:

• Diferenças no timing dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*.
• Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*.
• O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos.

O efeito do *hedge* de fluxo de caixa no balanço patrimonial e demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2024 é demonstrado abaixo:

Controladora e Consolidado									
Operação	Moeda/ índice	Financiamento	Valor Nocional	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos- *Swap* Acumulado	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos - *Swap* 2025	Ganho/(Perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	Valores reclassificados de outros resultados abrangentes para o resultado
1	Dólar	Cross-currency swap	303.978	1.886.418	1.843.668	42.750	42.750	42.750	-
Total				**1.886.418**	**1.843.668**	**42.750**	**42.750**	**42.750**	**-**

Derivativos não designados como instrumentos de *hedge*

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha contrato de *swap* de taxa de juros com valor nocional de R$ 5.465 milhões que prevê que a Companhia receba taxas de juros fixas e variáveis e pague uma taxa variável igual à DI reduzida ou acrescida de um percentual de juros.

Estes derivativos não foram designados a estruturas de contabilidade de *hedge* documentadas, tendo a Companhia optado por designar de forma irrevogável os passivos protegidos para registro à valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

O efeito dos derivativos não designados à contabilidade de *hedge*, bem como dos passivos selecionados ao *fair value option* no balanço patrimonial e demonstração do resultado é demonstrado abaixo:

Controladora								
Operação	Moeda/ índice	Financiamento	Valor Nocional	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos- *Swap* Acumulado	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos - *Swap* 2025	Ganho / (Perda) com valor Justo sobre o item protegido
1	IPCA	Interest rate swap	6.515.700	7.149.936	7.156.939	(7.003)	(7.003)	(166.665)
2	Iene	Cross currency swap	30.000.000	1.015.310	1.013.594	1.716	1.716	41.168
Total				**8.165.246**	**8.170.533**	**(5.287)**	**(5.287)**	**(125.497)**

Consolidado								
Operação	Moeda/ índice	Financiamento	Valor Nocional	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos- *Swap* Acumulado	Ganho / (Perda) com instrumentos Derivativos - *Swap* 2025	Ganho / (Perda) com valor Justo sobre o item protegido
1	IPCA	Swap de taxa de juros	6.515.700	7.149.936	7.156.939	(7.003)	(7.003)	(10.176)
2	Dólar	Cross currency swap	500.000	2.912.303	3.051.892	(139.589)	(139.589)	(95.970)
3	Iene	Cross currency swap	30.000.000	1.015.310	1.013.594	1.716	1.716	41.168
Total				**11.077.549**	**11.222.425**	**(144.876)**	**(144.876)**	**(64.978)**

Em 31 de dezembro de 2024, não existiam instrumentos designados para *fair value option*.

Política contábil

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de taxa de juros e moeda, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A inefetividade de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. A Companhia contrata derivativos com termos críticos que são similares aos itens protegidos, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* e aqueles não designados formalmente para nenhuma relaçcao de *hedge* contábil são registrados conforme descrito abaixo:

a) *Hedge* de valor justo

A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de taxas de juros fixas e variáveis de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira (Iene, Dólar e Euro). O ganho ou a perda decorrente das variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras, líquidas", juntamente com quaisquer variações no valor justo do passivo de financiamento protegido pelo *hedge*. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva do *hedge* também é reconhecido na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras, líquidas".

b) *Hedge* de fluxo de caixa

A Companhia aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para se proteger contra o risco de taxas de juros variáveis de financiamentos denominados em moeda estrangeira (dólar americano). As variações no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa são registradas e acumuladas em "outros resultados abrangentes – ORA" no patrimônio líquido, juntamente com as variações no valor justo do passivo de

financiamento protegido pelo *hedge*, calculados a valor presente, desde a data da designação do instrumento de *hedge*.

c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Nos casos aplicáveis, quando certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado como "Receitas (despesas) financeiras, líquidas".

20 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto de renda e contribuição social	606.528	752.355	606.528	752.355
IRRF sobre aplicações financeiras	127.965	45.907	128.038	45.921
Pis e Cofins a recuperar[1]	558.209	-	558.209	-
Outros tributos federais	2.535	2.535	2.535	2.535
Total	**1.295.237**	**800.797**	**1.295.310**	**800.811**

[1]Inclui reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos relacionados a PIS e COFINS decorrentes das atividades ordinárias da Companhia.

(b) Passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.312	1.957
PIS e COFINS	144.484	162.995	144.623	163.156
INSS	73.823	44.763	73.865	44.763
IRRF	327.552	290.949	327.552	290.949
Outros	68.219	90.403	68.240	90.446
Total	**614.078**	**589.110**	**615.592**	**591.271**

21 PIS e Cofins Diferidos

Passivo Não Circulante

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
PIS/Cofins – Ativo Financeiro	1.001.566	822.482
PIS/Cofins – Estimativa de Receita	89.049	111.475
Outros	190.350	183.847
Total	**1.280.965**	**1.117.804**
Current Liabilities	**89.049**	**-**
Non-current Liabilities	**1.191.916**	**1.117.804**

22 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Impostos diferidos ativo		
Provisões	653.628	839.864
Obrigações previdenciárias – G1	125.200	125.198
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	40.764	43.321
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	116.431	177.271
Provisão para perdas em outras contas a receber	54.426	50.515
Provisão para perdas de estoques	121.591	127.840
Provisão para perdas em obras e projetos	10.554	57.606
Provisão para perdas - baixa de bens	46.790	42.812
Contratos de performance	81.143	74.670
AVP contas a receber	89.073	100.913
Perda – *hedge* (Outros resultados abrangentes)	-	4.302
Instrumentos financeiros derivativos no resultado	204.190	3.297
PIS/COFINS Diferidos	432.777	-
Outros	91.657	75.644
Total do ativo fiscal diferido	**2.068.224**	**1.723.253**
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(290.128)	(314.641)
Capitalização de custos de empréstimos	(526.275)	(461.362)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(573.921)	(334.477)

Ativo financeiro da concessão	(3.681.433)	(3.111.446)
Ganho atuarial – Plano G1	(91.262)	(125.096)
Margem de construção	(35.113)	(37.842)
Custas de captação	-	(280)
Total do passivo fiscal diferido	**(5.198.132)**	**(4.385.144)**
Passivo fiscal diferido líquido	**(3.129.908)**	**(2.661.891)**

(b) Realização

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Impostos diferidos ativo		
a ser realizado em até 12 meses	470.419	530.104
a ser realizado depois de um ano	1.597.805	1.193.149
Total do ativo fiscal diferido	**2.068.224**	**1.723.253**
Impostos diferidos passivos		
a ser realizado em até 12 meses	(35.317)	(25.563)
a ser realizado depois de um ano (*)	(5.162.815)	(4.359.581)
Total do passivo fiscal diferido	**(5.198.132)**	**(4.385.144)**
Net Deferred Tax Assets/(Liabilities)	**(3.129.908)**	**(2.661.891)**

(*) O montante de R$ 3.681.433, relativo ao ativo financeiro da concessão, será realizado após o ano de 2060.

(c) Movimentação

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2024	Variação Líquida	31 de dezembro de 2025
Impostos diferidos ativo			
Provisões	839.864	(186.236)	653.628
Obrigações previdenciárias – G1	125.198	2	125.200
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	43.321	(2.557)	40.764
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	177.271	(60.840)	116.431
Provisão para perdas em outras contas a receber	50.515	3.911	54.426
Provisão para perdas de estoques	127.840	(6.249)	121.591

Provisão para perdas em obras e projetos	57.606	(47.052)	10.554
Provisão para perdas - baixa de bens	42.812	3.978	46.790
Contratos de performance	74.670	6.473	81.143
AVP contas a receber	100.913	(11.840)	89.073
Perda – *hedge* (Outros resultados abrangentes)	4.302	(4.302)	-
Instrumentos financeiros derivativos no resultado	3.297	200.893	204.190
PIS/COFINS Diferidos	-	432.777	432.777
Outros	75.644	16.013	91.657
Total do ativo fiscal diferido	**1.723.253**	**344.971**	**2.068.224**
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(314.641)	24.513	(290.128)
Capitalização de custos de empréstimos	(461.362)	(64.913)	(526.275)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(334.477)	(239.444)	(573.921)
Ativo financeiro da concessão	(3.111.446)	(569.987)	(3.681.433)
Ganho atuarial – Plano G1	(125.096)	33.834	(91.262)
Margem de construção	(37.842)	2.729	(35.113)
Custas de captação	(280)	280	-
Total do passivo fiscal diferido	**(4.385.144)**	**(812.988)**	**(5.198.132)**
Passivo fiscal diferido líquido	**(2.661.891)**	**(468.017)**	**(3.129.908)**

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2023	Variação Líquida	31 de dezembro de 2024
Impostos diferidos ativo			
Provisões	666.131	173.733	839.864
Obrigações previdenciárias – G1	135.231	(10.033)	125.198
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	45.140	(1.819)	43.321
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	182.519	(5.248)	177.271
Provisão perdas outras contas a receber	54.905	(4.390)	50.515
Provisão perdas estoques	74.939	52.901	127.840
Provisão perdas obras e projetos	1.839	55.767	57.606
Provisão perdas baixa de bens	8.930	33.882	42.812
Contratos de performance	62.517	12.153	74.670
AVP contas a receber	102.216	(1.303)	100.913
Perda – *hedge* (Outros resultados abrangentes)	-	4.302	4.302
Instrumentos financeiros derivativos no resultado	-	3.297	3.297
Outros	77.421	(1.777)	75.644
Total do ativo fiscal diferido	**1.411.788**	**311.465**	**1.723.253**

Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(329.060)	14.419	(314.641)
Capitalização de custos de empréstimos	(465.510)	4.148	(461.362)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(348.514)	14.037	(334.477)
Ativo financeiro (indenização)	-	(3.111.446)	(3.111.446)
Ganho atuarial – Plano G1	(121.425)	(3.671)	(125.096)
Margem de construção	(40.579)	2.737	(37.842)
Custas de captação	(8.624)	8.344	(280)
Total do passivo fiscal diferido	**(1.313.712)**	**(3.071.432)**	**(4.385.144)**
Ativo/(Passivo) fiscal diferido líquido	**98.076**	**(2.759.967)**	**(2.661.891)**

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Saldo inicial	(2.661.891)	98.076
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	(501.852)	(2.756.296)
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial (Nota 26)	33.835	(3.671)
Total da variação líquida	**(468.017)**	**(2.759.967)**
Saldo final	**(3.129.908)**	**(2.661.891)**

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos impostos	11.696.513	13.638.257	11.701.851	13.642.808
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(3.976.814)	(4.637.007)	(3.978.629)	(4.638.555)
Diferenças permanentes				
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	611.320	672.796	611.320	672.796
Provisão Lei nº 4.819/1958 – Go	(43.638)	(23.721)	(43.638)	(23.721)
Doações	(104)	(21.591)	(104)	(21.591)
Incentivos Fiscais	92.550	52.892	92.550	52.892

Acordo AAPS	(9.709)	(77.471)	(9.709)	(77.471)
Outras diferenças	91.941	(24.592)	88.418	(27.595)
Imposto de renda e contribuição social	(3.234.454)	(4.058.694)	(3.239.792)	(4.063.245)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.736.903)	(1.298.097)	(2.742.241)	(1.302.648)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(497.551)	(2.760.597)	(497.551)	(2.760.597)
Alíquota efetiva	**28%**	**30%**	**28%**	**30%**

Política contábil

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício e calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. Os ativos e passivos tributários diferidos são reconhecidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou em parte significativa do ativo de tributos diferidos.

23 Provisões

(a) Processos e ações que resultam em provisões

(I) Saldos patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais. Os prazos e os montantes dos pagamentos são determinados pelo resultado desses processos.

Ao longo de 2025, a Companhia tem revisado os critérios para avaliação dos processos judiciais, que eram definidos pelos advogados internos, contratando escritórios externos. Além disso, adotou nova política interna para a realização de acordos judiciais, pois não era uma prática usual da Companhia. Durante o período, foram efetuadas reversões em certas provisões de natureza ambiental, nas quais foram observadas movimentações no período relativas a decisões de matéria e mudanças nas circunstâncias.

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	Provisões líquidas de depósitos
Ações com clientes (i)	134.411	(1.510)	132.901	149.803	(11.341)	138.462
Ações com fornecedores (ii)	51.342	(60)	51.282	235.683	(58)	235.625
Outras questões cíveis (iii)	154.148	(437)	153.711	174.151	(1.431)	172.720
Ações tributárias (iv)	12.236	(646)	11.590	176.426	(2.417)	174.009
Ações trabalhistas (v)	1.409.720	(16.318)	1.393.402	1.077.083	(13.210)	1.063.873
Ações ambientais (vi)	160.575	(49)	160.526	657.041	(51)	656.990
Total	**1.922.432**	**(19.020)**	**1.903.412**	**2.470.187**	**(28.508)**	**2.441.679**
Circulante	**1.370.013**	**-**	**1.370.013**	**1.546.184**	**-**	**1.546.184**
Não Circulante	**552.419**	**(19.020)**	**533.399**	**924.003**	**(28.508)**	**895.495**

(II) Movimentação

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2024	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2025
Ações com clientes (i)	149.803	13.199	33.397	(22.670)	(39.318)	134.411
Ações com fornecedores (ii)	235.683	52.277	18.248	(147.371)	(107.495)	51.342
Outras questões cíveis (iii)	174.151	81.594	41.826	(84.893)	(58.530)	154.148
Ações tributárias (iv)	176.426	37.206	12.584	(10.055)	(203.925)	12.236
Ações trabalhistas (v)	1.077.083	448.414	229.306	(48.850)	(296.233)	1.409.720
Ações ambientais (vi)	657.041	63.221	59.615	-	(619.302)	160.575
Subtotal	**2.470.187**	**695.911**	**394.976**	**(313.839)**	**(1.324.803)**	**1.922.432**
Depósitos judiciais vinculados	(28.508)	(59.524)	(7.218)	5.817	70.413	(19.020)
Total	**2.441.679**	**636.387**	**387.758**	**(308.022)**	**(1.254.390)**	**1.903.412**

(b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os passivos contingentes avaliados como perda possível, líquidos de depósitos judiciais, estão assim representados:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ações com clientes (i)	219.312	171.831
Ações com fornecedores (ii)	925.899	807.950
Outras questões cíveis (iii)	812.534	669.108
Ações tributárias (iv)	1.711.737	1.362.849
Ações trabalhistas (v)	918.561	1.321.935
Ações ambientais (vi)	5.264.307	5.294.595
Total	**9.852.350**	**9.628.268**

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Referem-se, principalmente, a ações de clientes que pleiteiam que suas tarifas sejam iguais às de outras categorias

de consumidores, às ações de redução de tarifas de esgoto em função das perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e às ações de redução de tarifa, com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social.

(ii) Ações com fornecedores

Estas ações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária e desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, e estão em tramitação nas diversas esferas judiciais.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se, principalmente, às indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, tais como acidentes de veículos, sinistros, questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, entre outros, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(iv) Ações tributárias

Referem-se, principalmente, à cobrança de tributos e multas de postura geral, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia.

(v) Ações trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversas ações trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, que se encontram em diversas instâncias judiciais.

(vi) Ações ambientais

Referem-se a diversos processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia.

Os principais objetos nos quais a Companhia está envolvida são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do município, sob pena de pagamento de multa; e c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros.

(d) Seguro garantia

Em julho de 2025 a Companhia renovou o contrato para emissão de apólices de diversas modalidades de garantia, tendo como limite para utilização na modalidade de seguro garantia judicial o montante de R$ 375 milhões.

A finalidade da modalidade garantia judicial é a utilização em demandas judiciais, uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais, limitado ao período de vigência de até cinco anos. Em 31 de dezembro de 2025 o valor disponível para utilização era de R$ 347 milhões.

Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada considerando a natureza dessas obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera serem exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos judiciais, com base no direito legal de compensação.

Os depósitos judiciais não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante e corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades competentes.

A Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou quando o montante da obrigação não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas levando em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

24 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Salários e encargos sociais	62.232	70.291
Provisão para férias	193.878	218.987
Plano de saúde – Assistência médica (i)	106.589	117.578
Provisão para participação no resultado (ii)	203.784	181.446
Programa de Desligamento Incentivado (PDI) (iii)	17.126	62.127
Programas de Desligamento Voluntário (PDVs) (iv)	113.338	629.273
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	2.163	5.587
Programa de Retenção do Conhecimento (PRC)	519	904
Total	**699.629**	**1.286.193**

(i) Plano de saúde - Assistência médica

O benefício assistencial é concedido na modalidade pós-pagamento, com a premissa de livre escolha, mantido por contribuições da patrocinadora e dos empregados. No exercício de 2025 a Companhia participou em média com 8,19% da folha bruta de salários, totalizando R$ 266.597 (no exercício de 2024 foi 8,63% totalizando R$ 297.929) nas despesas com salários, encargos e benefícios.

Está registrado nesta rubrica o acordo firmado entre a SABESP e a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Sabesp ("AAPS") referente à compensação financeira, vinculada à vigência do contrato de plano de saúde a SABESP e a VIVEST, pelo prazo de 60 meses na migração de aposentados, ex-empregados, pensionistas e agregados entre os planos de saúde.

Até a homologação do acordo, a SABESP era responsável por repassar à VIVEST os valores referentes aos déficits dos planos de saúde dos aposentados, ex-empregados, pensionistas e agregados, e buscar que cada uma das pessoas reembolsasse a Companhia pelo déficit.

No primeiro trimestre de 2024, a Companhia reconheceu a obrigação referente ao acordo, considerando toda a população migrada ou que estava em tratativas para migração de plano de saúde, com efeito total no resultado do período de R$ 162.388 na rubrica de despesas gerais.

Até 31 de dezembro de 2025 o valor total provisionado era de 134.751 sendo R$ 42.187 nesta rubrica no passivo circulante e R$ 92.564 no passivo não circulante, na rubrica "Outras Obrigações".

(ii) Provisão para participação no resultado

Com base nas negociações realizadas com as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o atingimento de metas estabelecidas. Adicionalmente, foi aprovado em 2025 em AGOE um novo programa de incentivo de curto prazo que será pago como PLR para os cargos gerenciais da Companhia, sob a condição de atingimento de metas individuais e coletivas. Este programa é provisionado mensalmente, de acordo com o atingimento destas metas.

(iii) Programa de Desligamento Incentivado ("PDI") e Programas de Desligamento Voluntário ("PDV's")

Em junho de 2023 foi implementado o PDI, visando a redução do quadro de empregados de forma conciliatória, de forma a proporcionar ganhos de eficiência, aumento da competitividade e otimização de custos (mais detalhes na Nota 21 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2025 estava registrado o montante de R$ 17.126 decorrente da provisão para os incentivos indenizatórios dos empregados que aderiram ao programa, no passivo circulante na rubrica "Outras obrigações". Esses valores referem-se aos reembolsos do Plano de Saúde que serão realizados por 24 meses consecutivos e ininterruptos estendendo-se aproximadamente até o final de 2026.

Os PDV's foram implementados visando a redução do quadro de empregados de forma conciliatória, com a finalidade de proporcionar ganhos de eficiência, aumento da competitividade e otimização de custos e foram realizados em três fases:

1- PDV 2025: teve suas inscrições no período de 23 de dezembro de 2024 a 31 de janeiro de 2025, apresentando um total de 2.039 inscritos, com início das rescisões contratuais em fevereiro de 2025 (mais detalhes na Nota 23 das Demonstrações Financeiras Anuais de 31 de dezembro de 2024).

2- PDVD: teve suas inscrições no período de 6 de agosto de 2025 a 29 de agosto de 2025, com 145 adesões e as rescisões contratuais programadas a partir de 6 de agosto de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

3 -PDV2: teve suas inscrições no período de 1º de setembro de 2025 a 26 de setembro de 2025, com 1.716 adesões, sendo as rescisões contratuais efetivadas conforme cronograma previamente estabelecido a partir de 1º de setembro de 2025 até 31 de dezembro de 2025.

Até 31 de dezembro de 2025 estava registrado o montante de R$ 113.328 no passivo circulante, rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas", decorrente da provisão para incentivos indenizatórios dos empregados que aderiram aos programas.

Política contábil

Os salários, férias, 13º salário, participação nos resultados e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

O programa de participação nos resultados é baseado em metas operacionais e financeiras, sendo reconhecida uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*), estando contabilizada como custo operacional, despesas de vendas, administrativas ou capitalizadas no ativo.

25 Obrigações previdenciárias

A Companhia possui Benefícios Pós-Emprego nas modalidades: Benefício Definido (BD) - Plano G1 (i) e Go (ii); e Contribuição Definida (CD) - SABESPrev Mais (iii) e VIVEST (iv), sendo que somente este último está aberto para novas adesões. A conciliação dos gastos com tais planos está demonstrada no item (v).

Demonstrações dos planos de benefício definido

Resumo das obrigações previdenciárias - Passivo

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Plano G1	Go	Total	Plano G1	Go	Total
Valor presente das obrigações de benefício definido	(2.731.190)	(2.040.647)	(4.771.837)	(2.335.938)	(1.931.145)	(4.267.083)
Valor justo dos ativos do plano	2.631.676	-	2.631.676	2.468.182	-	2.468.182

Teto do ativo	-	-	-	(132.244)	-	(132.244)
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	**(99.514)**	**(2.040.647)**	**(2.140.161)**	**-**	**(1.931.145)**	**(1.931.145)**

Movimentação do Passivo

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Plano G1	Go	Total	Plano G1	Go	Total
Passivos do plano						
Obrigação de benefício definido. início do exercício	(2.335.938)	(1.931.145)	(4.267.083)	(2.982.863)	(2.098.622)	(5.081.485)
Custo do serviço corrente	(28.454)	-	(28.454)	(35.951)	-	(35.951)
Custo dos juros	(282.334)	(233.289)	(515.623)	(274.718)	(189.274)	(463.992)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	(345.879)	(104.294)	(450.173)	716.927	135.201	852.128
Benefícios pagos	261.415	228.081	489.496	240.667	221.550	462.217
Obrigação de benefício definido. final do exercício	**(2.731.190)**	**(2.040.647)**	**(4.771.837)**	**(2.335.938)**	**(1.931.145)**	**(4.267.083)**
Ativos do plano						
Valor justo dos ativos do plano. início do exercício	2.468.182	-	2.468.182	2.938.614	-	2.938.614
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	302.466	-	302.466	274.265	-	274.265
Contribuições da Companhia	35.580	-	35.580	39.676	-	39.676
Contribuições dos participantes	24.749	-	24.749	30.180	-	30.180
Benefícios pagos	(261.415)	-	(261.415)	(240.667)	-	(240.667)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	62.114	-	62.114	(573.886)	-	(573.886)
Valor justo dos ativos do plano. final do exercício	2.631.676	-	2.631.676	2.468.182	-	2.468.182
Teto do ativo	-	-	-	(132.244)	-	(132.244)
Total das obrigações previdenciárias (déficit)	**(99.514)**	**(2.040.647)**	**(2.140.161)**	**-**	**(1.931.145)**	**(1.931.145)**

Movimentação do patrimônio líquido – Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia, em atendimento ao CPC33 (R1) e à IAS19, reconheceu os ganhos/(perdas) decorrentes de alterações de premissas atuariais no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Plano G1	Go	Total	Plano G1	Go	Total
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	(134.691)	(104.294)	(238.985)	692.430	135.201	827.631
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	34.539	-	34.539	(549.389)	-	(549.389)
Teto do ativo	-	-	-	(132.244)	-	(132.244)

Total dos ganhos/(perdas)	**(100.152)**	**(104.294)**	**(204.446)**	**10.797**	**135.201**	**145.998**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.835)	-	(33.835)	(3.671)	-	(3.671)
Ajuste de avaliação patrimonial	**(66.317)**	**(104.294)**	**(170.611)**	**7.126**	**135.201**	**142.327**

Movimentação do resultado do exercício

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Plano G1	Go	Total	Plano G1	Go	Total
Custo do serviço líquido	3.704	-	3.704	5.799	-	5.799
Custo dos juros	282.334	233.289	515.623	274.718	189.274	463.992
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(302.466)	-	(302.466)	(274.265)	-	(274.265)
Juros sobre o limite máximo do passivo/(ativo)	19.957	-	19.957	-	-	-
Valor recebido do Estado de São Paulo (incontroverso)	-	(104.943)	(104.943)	-	(119.506)	(119.506)
Contribuições da Companhia	35.580	-	35.580	-	-	-
Total dos gastos	**39.109**	**128.346**	**167.455**	**6.252**	**69.768**	**76.020**

Perfil de vencimento das obrigações

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	
	Plano G1	Go
Pagamento de benefícios esperados em 2026	256.213	225.953
Pagamento de benefícios esperados em 2027	236.985	191.192
Pagamento de benefícios esperados em 2028	221.642	177.661
Pagamento de benefícios esperados em 2029	206.567	164.661
Pagamento de benefícios esperados em 2030 ou posterior	1.809.783	1.281.180
Total	**2.731.190**	**2.040.647**

Premissas atuariais utilizadas

	Controladora e Consolidado			
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Plano G1	Go	Plano G1	Go
Taxa de desconto real (NTN-B)	7,37% p.a.	7,39% p.a.	7,40% p.a.	7,37% p.a.
Taxa de inflação	4,05% p.a.	4,05% p.a.	4,96% p.a.	4,96% p.a.
Taxa nominal de crescimento salarial	6,13% p.a.	4,05% p.a.	7,06% p.a.	7,06% p.a.

Tábua de mortalidade geral	AT-2000 table. rated down by 10% (Segregated by gender)	AT-2000 table. rated down by 10% (Segregated by gender)	AT-2000 table (Segregated by gender)	AT-2000 table (Segregated by gender)

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade às mudanças nas principais premissas ponderadas do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2025, era:

		Controladora e Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	
Premissa	**Alteração na premissa**	**Plano G1**	**Go**
Taxa de desconto	Aumento de 1,0% Redução de 1,0%	Redução de R$ 284.643 Aumento de R$ 340.399	Redução de R$ 235.031 Aumento de R$ 229.336
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano Redução de 1 ano	Aumento de R$ 60.126 Redução de R$ 58.845	Aumento de R$ 83.002 Redução de R$ 78.236
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0% Redução de 1,0%	Aumento de R$ 11.442 Redução de R$ 11.988	- -

Plano G1

Plano de benefício definido (“Plano G1”), administrado pela SABESPREV, recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da SABESPREV, sendo:

- 0,99% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 8,39% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2025, o número de participantes ativos e inativos era 1.303 e 9.405 (em 31 de dezembro de 2024 – 1.895 e 8.907), respectivamente.

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 em 2025 foram de R$ 35.580 e R$ 3.238 (em 2024 – R$ 39.676 e R$ 5.683) respectivamente. Deste montante, no exercício de 2025, a Companhia e os participantes efetuaram pagamentos referentes ao déficit atuarial nos montantes de R$ 32.523 e R$ 21.511 (em 2024 – R$ 34.258 e R$ 24.497), respectivamente.

	Controladora e Consolidado
	Despesa prevista para o exercício seguinte
	G1
Custo do serviço líquido	2.734
Custo dos juros	298.708
Contribuições normais e extraordinárias esperadas de participantes	(26.279)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(290.605)
Gastos/(Ganhos) a serem reconhecidos pela Companhia	**(15.442)**

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados à utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e de consultores financeiros independentes:

	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Plano G1	%	Plano G1	%
Renda fixa	2.458.078	93,0	2.279.323	92,4
Renda variável	16.149	0,6	13.886	0,5
Investimentos estruturados	108.861	4,4	121.820	5,2
Outros	48.588	2,0	53.153	1,9
Valor justo dos ativos do plano	**2.631.676**	**100**	**2.468.182**	**100**

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional;
ii) instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são:

i) operações de *day-trade*;
ii) venda de ações a descoberto;
iii) operações de *swap* sem garantia; e

iv) não será permitida a alavancagem, operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a SABESPREV não possuía ativos financeiros emitidos pela Companhia em sua carteira própria; contudo, poderia haver tais ativos na carteira dos fundos de investimentos investidos pela Fundação. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

(ii) Go

De acordo com a Lei Estadual nº 4.819/1958, os funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Go. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Estado de São Paulo e busca o reembolso desses valores, que são registrados na rubrica "Saldos com partes relacionadas", limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Estado de São Paulo.

A despesa prevista para o exercício seguinte contempla custo dos juros no valor de R$ 222.985.

Em 31 de dezembro de 2025, o total de participantes inativos era 1.688 (em 31 de dezembro de 2024 – 1.853).

(iii) Plano SABESPrev Mais

Administrado pela SABESPREV, em 31 de dezembro de 2025, este Plano de Contribuição Definida tinha 7.585 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2024 – 8.762). O referido plano está fechado para novas adesões.

As contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

(iv) Plano VIVEST

Administrado pela VIVEST, as contribuições da patrocinadora correspondem ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

Em 31 de dezembro de 2025 o número de participantes era 205 (em 31 de dezembro de 2024 – 82).

(v) Conciliação dos gastos com obrigações previdenciárias

	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2025	Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2024
Plano G1 (i)	39.109	6.252
Go (ii)	128.346	69.768
Plano SABESPrev Mais (iii)	22.513	26.198
Plano VIVEST (iv)	2.988	970
Subtotal	**192.956**	**103.188**
Capitalizados	(15.033)	(7.884)
Outros	14.437	10.653
Obrigações Previdenciárias (Nota 31)	**192.360**	**105.957**

Política contábil

Benefício definido

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (Plano G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (Go) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, a qual se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, demonstrado na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Contribuição definida

A Companhia faz contribuições, em bases contratuais, aos planos de benefício previdenciário por ela patrocinados, na modalidade contribuição definida, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego, no qual a Companhia faz contribuições paritárias aos empregados, nos limites fixados em regulamento. Neste modelo os benefícios pagos possuem relação direta com o valor aportado, não havendo déficits a serem cobertos pela Companhia.

26 Serviços a pagar

	Controladora		Consolidado		Consc
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	
Prestadores de Serviços	633.265	412.422	635.144	415.873	
Repasses Municipais	448.224	563.244	448.224	563.301	
FAUSP	1.361.348	395.179	1.361.348	395.179	
Outros serviços	325.062	64.153	327.700	64.154	
Total	**2.767.899**	**1.434.998**	**2.772.416**	**1.438.507**	

Nessa rubrica são registrados os saldos a pagar, principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como: fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias, entre outros.

FAUSP - Definição das Tarifas de Equilíbrio

Em 31 de dezembro de 2025, após a definição, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo ("ARSESP"), das tabelas tarifárias de equilíbrio, a Companhia ajustou a provisão dos valores destinados à Conta Vinculada conforme o Contrato de Concessão nº 01/2024.

O impacto decorrente desse ajuste, que considera o período compreendido entre julho de 2024 e junho de 2025, foi de R$ 107 milhões e reconhecido no resultado do 3º trimestre de 2025.

Para maiores detalhes a respeito do FAUSP, vide Nota 30.

27 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 21.210.000 era composto por ações escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

31 de dezembro de 2025	Ordinárias		Preferenciais		Capital Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de São Paulo (1)(2)	126.684.334	18,0	1	100,0	126.684.335	18,0
Equatorial S.A.	105.566.079	15,0	-	-	105.566.079	15,0
Free Float	471.523.455	67,0	-	-	471.523.455	67,0
Total	**703.773.868**	**100,0**	**1**	**100,0**	**703.773.869**	**100,0**

31 de dezembro de 2024	Ordinárias		Preferenciais		Capital Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de São Paulo (1)(2)	123.036.669	18.0	1	100.0	123.036.670	18.0
Equatorial S.A.	102.526.480	15.0	-	-	102.526.480	15.0
Free Float	457.946.719	67.0	-	-	457.946.719	67.0
Total	**683.509.868**	**100.0**	**1**	**100.0**	**683.509.869**	**100.0**

(1) Considera 126.684.328 ações ordinárias detidas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e 6 ações ordinárias detidas pela Cia. Paulista de Parcerias - CPP, empresa controlada pelo Estado de São Paulo.
(2) Ação preferencial de classe especial.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 2024, os acionistas aprovaram a alteração do Estatuto Social da Companhia, que entrou em vigor em 22 de julho de 2024, para prever a autorização de aumento de capital até o limite de 1.187.144.787 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 18 de dezembro de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do Capital Social de R$ 18.400.000 para R$ 21.210.000 com capitalização de parte da reserva de investimentos no montante de R$ 2.810.000. Esta transação não afetou caixa.

(b) Destinação do lucro do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	8.462.059	9.579.563
(-) Reserva legal - 5% (c)	423.103	478.978
Dividendo mínimo obrigatório – 25% (d)	2.009.739	2.275.146
(-) IRRF s/juros capital próprio	371.823	274.668
Reserva de investimentos (e)	**5.657.394**	**6.550.771**

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R$ 5.657.394 para a conta de Reserva de Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos previstas no Orçamento de Capital.

O saldo de Reserva de Investimentos, em conjunto com as demais reservas de lucros, atingirá o montante de R$21.518.212.

Política contábil

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

A Assembleia Geral de Acionistas aprovou em 29 de abril de 2025, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 1.831.122, referentes ao dividendo mínimo obrigatório e R$ 718.692 como dividendos mínimos complementares, perfazendo o total de R$ 2.549.814, os quais foram pagos em maio de 2025.

Em 18 de dezembro de 2025, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio, a título de remuneração aos acionistas, no montante bruto de R$ 1.798.001, correspondentes a R$ 2,55 por ação. Terão direito ao recebimento os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data-base de 23 de dezembro de 2025. O pagamento será efetuado em 30 de abril de 2026, e os valores deliberados serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 2025.

A Companhia propôs *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas de 2026, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 481.439 correspondentes a R$ 0,68 por ação ordinária a serem referendados na Assembleia Geral em 28 de abril de 2026.

A Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R$ 371.823 (em 2024 – R$ 274.668) referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativas ao crédito dos juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre o capital próprio e dividendos, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 2.059.850 (em 2024 – R$ 2.275.890), refere-se ao valor declarado em 2025 de R$ 2.009.739 (em 2024 – R$ 2.275.146), líquido do imposto de renda retido na fonte relacionado com o valor principal adicionado do montante de R$ 48.579 relativo à parcela dos beneficiários isentos e de R$ 1.532 declarados em exercícios anteriores (em 2024

– R$ 744).

Política contábil

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei e com base no Estatuto Social. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/1995, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O dividendo atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, exceto pelos tributos incidentes na distribuição dos juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas.

(d) Reserva legal

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(e) Reserva de investimentos

É constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da reserva de investimentos era de R$ 18.751.526 e R$ 19.304.132, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 49 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá aos seguintes critérios:

I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; e

II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:

a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;

b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;

c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e

d) na incorporação ao capital social.

(f) Lucros acumulados

O saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

(g) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais e nas operações envolvendo instrumentos financeiros são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Controladora e consolidado	Plano G1	Go	Hedge	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**242.834**	**45.855**	**(8.350)**	**280.339**
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 25)	(100.152)	(104.294)	8.350	(196.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**142.682**	**(58.439)**	**-**	**84.243**

Controladora e consolidado	Plano G1	Go	Hedge	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**235.708**	**(89.346)**	**-**	**146.362**
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 25)	7.126	135.201	-	142.327
Ganhos/(perdas) de instrumentos financeiros (Nota 19)	-	-	(8.350)	(8.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**242.834**	**45.855**	**(8.350)**	**280.339**

(h) Ação em tesouraria

A Companhia possui dois planos de pagamento baseado em ações segundo os quais as ações da Companhia foram outorgadas a alguns executivos seniores e alguns outros funcionários. Vide item i) para mais detalhes.

Os planos de pagamento baseado em ações no respectivo exercício serão liquidados utilizando as ações em tesouraria da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha 3.554.431 ações em tesouraria.

Política contábil

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

(i) Plano de Incentivos de Longo Prazo - ILP

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025, foram aprovados os Planos de Ações Restritas e de Performance da SABESP. A outorga de ações está condicionada à permanência dos participantes na Companhia

e, no caso das ações de performance, adicionalmente ao cumprimento de metas específicas como o Fator de Universalização (Fator U) e o *Total Shareholder Return* (TSR).

O Plano de Ações Restritas prevê *vesting* de 4 anos para seus participantes com aquisição de 25% das ações a cada ano. Especificamente para o Diretor Presidente, o *vesting* será de 8 anos seguindo cronograma escalonado de aquisição anual.

O Plano de Ações de Performance possui *vesting* de 5 anos, com aquisição anual condicionada ao atingimento das metas para seus participantes. No caso específico do Diretor Presidente, a transferência das ações é planejada para o final do período do programa. Em caso de atingimentos das metas do Fator U em 2029 (universalização), previstas no Contrato de Concessão - URAE-1, o plano prevê a possibilidade de aceleração do *vesting* em outubro de 2030 para todos os participantes.

A quantidade de ações a serem outorgadas será definida pelo Conselho de Administração da SABESP, dentro do limite global combinado aprovado pela assembleia de 1% do capital social (em bases totalmente diluídas).

O Plano de Ações Restritas e o Plano de Ações de Performance levam em conta o valor justo das ações da Companhia na data da outorga, sendo mensurados com base no preço de mercado observável. Não há alternativas para pagamento em dinheiro, de modo que a liquidação será efetivada por meio de entrega de ações em tesouraria.

As variações na quantidade de ações outorgadas, canceladas ou exercidas dos referidos planos são as seguintes:

Movimentação das ações	Controladora e Consolidado		
	Ações de performance	Ações restritas	Total
Saldo no início do período	-	-	-
Outorgadas	2.066.834	366.716	2.433.550
Saldo no final do período	**2.066.834**	**366.716**	**2.433.550**

Não foram exercidas ou canceladas nenhuma das ações outorgadas no período.

Em 31 de dezembro de 2025 os planos de pagamento baseado em ações têm as seguintes datas de vencimento, valor justo e ações existentes:

Ações de performance:

Data da outorga	Controladora e Consolidado			
	Condições de aquisição de direito	Valor justo na data de outorga	Ações existentes	Vida máxima remanescente
29 de abril de 2025	Atingimento das condições de desempenho. 1 a 5 anos de serviço	92,18	1.190.252	5
19 de dezembro de 2025	Atingimento das condições de desempenho. 1 a 5 anos de serviço	129,87	876.582	5

Ações restritas:

Data da outorga	Controladora e Consolidado			
	Condições de aquisição de direito	Valor justo na data de outorga	Ações existentes	Vida máxima remanescente
29 de abril de 2025	1 a 8 anos de serviço	92,18	253.474	8
19 de dezembro de 2025	1 a 4 anos de serviço	129,87	113.242	4

Em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma despesa de R$ 43 milhões no resultado do período referente aos Planos de Incentivo de Longo Prazo. Deste montante, R$ 30 milhões tiveram contrapartida no Patrimônio líquido e R$ 13 milhões, referentes aos tributos, foram reconhecidos como Impostos e contribuições a recolher.

Política contábil

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. O valor justo corresponde à quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor da ação na data da outorga.

Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na

demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

28 Lucro por ação

Básico e diluído

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	8.462.059	9.579.563
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação (*)	683.916.648	683.509.868
Lucro básico por ação (reais por ação)	**12,37**	**14,02**
Efeito da diluição oriundo de:		
Pagamento baseado em ações	314.952	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada para o efeito de diluição	684.231.600	683.509.869
Lucro diluído por ação (reais por ação)	**12,37**	**14,02**

(*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações em tesouraria durante o exercício.

29 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu o segmento operacional utilizado para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviços de saneamento.

Resultado Controladora:

	2025			2024		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado	Saldo conforme demonstrações financeiras	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	**25.433.878**	**14.430.593**	**39.864.471**	**32.616.131**	**6.220.581**	**38.836.712**
Deduções da receita bruta	(1.814.904)	-	(1.814.904)	(2.729.791)	-	(2.729.791)
Receita operacional líquida	**23.618.974**	**14.430.593**	**38.049.567**	**29.886.340**	**6.220.581**	**36.106.921**
Custos. despesas com vendas. gerais e administrativas	(11.343.923)	(14.430.593)	(25.774.516)	(14.280.520)	(6.080.725)	(20.361.245)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	**12.275.051**	**-**	**12.275.051**	**15.605.820**	**139.856**	**15.745.676**
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			273.071			(280.450)
Equivalência patrimonial			48.644			21.622
Resultado financeiro. líquido			(900.253)			(1.848.591)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			11.696.513			13.638.257
Depreciação e amortização	(2.203.829)		(2.203.829)	(2.671.709)		(2.671.709)

Resultado Consolidado:

	2025			2024		
	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado	Saldo conforme demonstrações financeiras	Saneamento (i)	Reconciliação para a demonstração do resultado	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	**25.471.321**	**14.437.363**	**39.908.684**	**32.650.986**	**6.225.871**	**38.876.857**
Deduções da receita bruta	(1.816.634)	-	(1.816.634)	(2.731.380)	-	(2.731.380)
Receita operacional líquida	**23.654.687**	**14.437.363**	**38.092.050**	**29.919.606**	**6.225.871**	**36.145.477**
Custos. despesas com vendas. gerais e administrativas	(11.377.950)	(14.437.363)	(25.815.313)	(14.303.994)	(6.085.895)	(20.389.889)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	**12.276.737**	**-**	**12.276.737**	**15.615.612**	**139.976**	**15.755.588**
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas			274.731			(280.450)
Equivalência patrimonial			48.153			35.322
Resultado financeiro. líquido			(897.770)			(1.867.652)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			11.701.851			13.642.808
Depreciação e amortização	(2.208.762)		(2.208.762)	(2.676.642)		(2.676.642)

(i) Vide Nota 35 para mais informações sobre itens não monetários, exceto depreciação e amortização que afetam os resultados por segmento, e informações adicionais de ativos de longa duração.

Política contábil

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do tomador de decisões, isto é, a Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, em relação à tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A Companhia determinou que possui um único segmento operacional, que é o de prestação de serviços de saneamento.

As políticas contábeis utilizadas para determinar as informações por segmento são as mesmas utilizadas para preparar as demonstrações financeiras.

A mensuração do resultado por segmento é o lucro operacional antes de outras despesas operacionais, líquidas e equivalência patrimonial, que exclui a receita e custos de construção.

A Administração da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada.

Substancialmente, todos os ativos não circulantes e as receitas geradas pelos clientes estão localizados no Estado de São Paulo. Consequentemente, não são divulgadas informações financeiras por área geográfica.

30 Receitas operacionais

Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de serviços de saneamento (i)	24.723.613	23.860.000	24.761.056	23.894.855
Receita de construção	14.430.593	6.220.581	14.437.363	6.225.871
FAUSP (a)	(966.169)	(395.179)	(966.169)	(395.179)
Ativo financeiro (indenização) (ii)	1.676.434	9.151.310	1.676.434	9.151.310
PIS e Cofins	(1.701.053)	(2.631.187)	(1.702.667)	(2.632.653)
Taxa de Regulação. Controle e Fiscalização (TRCF) (iii)	(113.851)	(98.604)	(113.967)	(98.727)
Receita operacional líquida	**38.049.567**	**36.106.921**	**38.092.050**	**36.145.477**

(i) Inclui o montante R$ 122.655 referente a TRCF cobrada dos clientes no período janeiro a dezembro de 2025, (de janeiro a dezembro de 2024, R$ 117.878), referentes aos municípios regulados pela ARSESP.
(ii) Vide Nota 16.
(iii) Montante referente ao desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização pago às agências reguladoras.

(a) Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo – FAUSP

Conforme Lei Estadual nº 17.853 ("Lei nº 17.853"), de 8 de dezembro de 2023, que autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo ("Estado") a promover medidas de desestatização da SABESP, foi criado o Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (FAUSP), destinado a prover recursos para ações de saneamento básico, inclusive voltadas à modicidade tarifária no setor, com vistas ao atingimento e antecipação das metas de universalização que garantam o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2029, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento, previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 ("Lei nº 11.445").

Conforme parágrafo 1º do artigo 4º da Lei nº 17.853, o Estado deverá aportar, no mínimo, o montante correspondente a 30% do valor líquido obtido com a desestatização da SABESP no FAUSP, bem como os valores auferidos pelo Estado a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio distribuídos pela SABESP (artigo 5º da Lei nº 17.853). Esses recursos devem ser destinados a ações no setor de saneamento básico, inclusive voltadas à modicidade tarifária no setor. Destarte, em relação a esta parcela que será abastecida pelo Estado, destinada a prover recursos para ações de saneamento básico, não há impacto contábil para a Companhia, pois a titularidade destes recursos é do Estado, não havendo interferência ou participação da SABESP nesta gestão.

Com relação aos recursos destinados à modicidade tarifária, o mecanismo previsto no Contrato de Concessão da URAE-1 – Sudeste é a criação de duas "*Escrow accounts*", ambas de titularidade do FAUSP, exercida por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL). A primeira "*Escrow account*" será abastecida por recursos do FAUSP e será reduzida quando as tarifas de equilíbrio forem maiores que as tarifas de aplicação e após o esgotamento dos recursos da segunda "*Escrow account*". Por sua vez, a segunda "*Escrow account*" é sensibilizada de 2 (duas) maneiras.

(a) Primeira forma de sensibilização:

Caso a documentação para a habilitação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI) de determinado município não tenha sido protocolada na ARSESP, o percentual aplicado sobre a receita líquida do município será depositado na segunda "*Escrow account*".

Conforme Contrato de Concessão e com fundamento no artigo 13 da Lei nº 11.445, poderão ser instituídos fundos, aos quais serão destinados recursos com a finalidade de custear a universalização dos serviços públicos de saneamento. Os FMSAIs habilitados ou cuja documentação estiver sido protocolada na ARSESP receberão um percentual aplicado sobre a receita líquida do trimestre, composta pela receita bruta obtida pela SABESP nos municípios, deduzidos a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, PIS - Programa de Integração Social, a Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização – TRCF e eventuais encargos que vierem a incidir sobre a receita. O pagamento deverá ocorrer em 30 dias após a publicação dos resultados trimestrais da Companhia, até o advento contratual em 2060. Sendo assim, serão assegurados aos 371 municípios que compõem a URAE-1 os repasses ao FMSAI nos seguintes termos:

- São Paulo: 7,5% até 2040 e 8,0% a partir de 2041;
- São José dos Campos: 5%;
- Demais 369 municípios: 4%.

(b) Segunda forma de sensibilização:

O modelo regulatório fixa o fluxo de destinação dos recursos provenientes do FAUSP, visando permitir que a tarifa de aplicação (remuneração a ser paga pelos clientes à SABESP pela utilização dos serviços), seja reduzida, tendo como referência os valores das tarifas da Companhia anteriormente à data de eficácia do contrato. Desta forma, sempre que for utilizada uma tarifa de aplicação menor que a tarifa de equilíbrio, a ARSESP autorizará a transferência de valores das "*Escrow accounts*" para a SABESP. Trimestralmente a ARSESP informará, ao Banco e a SABESP, o valor que deve ser transferido em razão das diferenças entre a tarifa de aplicação e a tarifa de equilíbrio. Caso a tarifa de aplicação seja menor do que a tarifa de equilíbrio, o Banco realizará transferências trimestrais à SABESP, e caso a tarifa de aplicação seja maior do que a tarifa de equilíbrio, a SABESP transferirá trimestralmente para a segunda "*Escrow account*" o valor informado pela ARSESP. Quando a tarifa de aplicação for superior a tarifa de equilíbrio, será reconhecido um passivo reduzindo a receita operacional da Companhia.

A metodologia de construção das tarifas de equilíbrio ainda não está definida pela ARSESP, sendo certo que as atuais tarifas de aplicação praticadas pela SABESP nos municípios que compõe a URAE 1 – Sudeste são maiores que as tarifas de equilíbrio a serem definidas pela ARSESP com base no Anexo VIII do Contrato de Concessão.

Ao longo do exercício corrente, as tarifas de aplicação praticadas pela SABESP nos municípios que compõem a URAE 1 – Sudeste foram superiores às tarifas de equilíbrio. A metodologia de construção das tarifas de equilíbrio foi definida pela ARSESP em julho de 2025 com base no Contrato de Concessão e seus anexos. A partir dessa metodologia, e utilizando as tabelas tarifárias de aplicação estabelecidas pela Deliberação ARSESP nº 1.539/2024, a Companhia revisou os valores de referência da tarifa de equilíbrio empregados no cálculo do FAUSP.

Até o segundo trimestre de 2025, o provisionamento do FAUSP era realizado com as informações previstas no Anexo VIII do Contrato de Concessão, resultando em uma diferença aproximada de 3,22% entre as receitas de equilíbrio e de aplicação. A partir do terceiro trimestre de 2025, com a atualização dos valores de referência das tarifas de equilíbrio, essa diferença passou a ser de aproximadamente 3,74%.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia operava os serviços de água e esgoto em 375 municípios do Estado de São Paulo. A receita de serviços de saneamento prestados para a URAE-1 era de R$ 25.258.543 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, representando 99,16% do total consolidado.

Até 31 de dezembro de 2025 não houve recursos aportados à Companhia referente ao FAUSP.

Política contábil

Receita de serviços de saneamento

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre elas, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. As receitas são reconhecidas quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato e outros ativos da concessão, o qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos.

Receita de atualização do ativo financeiro da concessão

Atualização dos ativos classificados como ativos financeiros da concessão, conforme descrito na Nota 15. Os valores são reconhecidos considerando a diferença entre a atualização dos ativos com base no valor justo pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o custo amortizado do ativo de contrato bifurcado.

Tributos Correntes

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência do PIS - Programa de Integração Social e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, exceto para as receitas financeiras que são calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Os tributos referentes a PIS e Cofins incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos correspondentes, como deduções da receita bruta. As rubricas “outras receitas operacionais” e “receitas financeiras” são apresentadas líquidas desses tributos na demonstração do resultado.

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência da TRCF – Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização, que tem como fato gerador o desempenho da atividade de regulação, controle e fiscalização da ARSESP (órgão regulador), calculada a taxa de 0,50% do faturamento anual diretamente obtido com a prestação do serviço, subtraídos os valores dos tributos incidentes sobre o mesmo e, que funciona como um mecanismo de repasse da Sabesp ao órgão regulador.

Tributos diferidos

Os tributos referentes a PIS e COFINS diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando os respectivos tributos forem realizados e são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável para serem pagos ou compensados.

31 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos operacionais				
Salários. encargos e benefícios	(2.108.429)	(2.356.764)	(2.108.947)	(2.357.526)
Obrigações previdenciárias	(49.920)	(23.704)	(49.920)	(23.704)
Custos de construção (Nota 30)	(14.430.593)	(6.080.725)	(14.437.363)	(6.085.895)
Materiais gerais	(361.964)	(343.889)	(363.122)	(345.771)
Materiais de tratamento	(502.888)	(576.871)	(503.771)	(577.639)
Serviços de terceiros	(2.136.154)	(1.910.714)	(2.141.555)	(1.915.851)
Energia elétrica	(1.521.786)	(1.569.277)	(1.532.772)	(1.573.067)
Despesas gerais	(789.568)	(1.246.107)	(790.184)	(1.246.474)
Depreciação e amortização	(2.059.121)	(2.472.212)	(2.064.054)	(2.477.146)
	(23.960.423)	**(16.580.263)**	**(23.991.688)**	**(16.603.073)**
Despesas com vendas				
Salários. encargos e benefícios	(259.937)	(335.211)	(260.098)	(335.382)
Obrigações previdenciárias	(7.017)	(3.825)	(7.017)	(3.825)
Materiais gerais	(18.569)	(4.594)	(18.599)	(4.679)
Serviços de terceiros	(396.385)	(423.300)	(397.062)	(423.964)
Energia elétrica	(1.650)	(658)	(1.650)	(658)
Despesas gerais	(2.037)	(98.535)	(2.334)	(98.800)
Depreciação e amortização	(56.516)	(50.281)	(56.516)	(50.281)
	(742.111)	**(916.404)**	**(743.276)**	**(917.589)**
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	**(61.450)**	**(557.126)**	**(62.067)**	**(557.789)**
Despesas administrativas				
Salários. encargos e benefícios	(332.907)	(601.590)	(333.274)	(602.217)
Obrigações previdenciárias	(135.423)	(78.428)	(135.423)	(78.428)
Materiais gerais	(6.085)	(108.893)	(6.080)	(108.901)
Serviços de terceiros	(285.869)	(390.144)	(287.318)	(391.637)
Energia elétrica	(125)	(1.191)	(125)	(1.297)
Despesas gerais	(68.188)	(898.528)	(75.429)	(898.587)
Depreciação e amortização	(88.192)	(149.216)	(88.192)	(149.215)
Despesas tributárias	(93.743)	(79.462)	(92.441)	(81.156)
	(1.010.532)	**(2.307.452)**	**(1.018.282)**	**(2.311.438)**

Total	**(25.774.516)**	**(20.361.245)**	**(25.815.313)**	**(20.389.889)**
Custos e despesas operacionais				
Salários. encargos e benefícios	(2.701.273)	(3.293.565)	(2.702.319)	(3.295.125)
Obrigações previdenciárias (Nota 25 (iv))	(192.360)	(105.957)	(192.360)	(105.957)
Custos de construção (Nota 30)	(14.430.593)	(6.080.725)	(14.437.363)	(6.085.895)
Materiais gerais	(386.618)	(457.376)	(387.801)	(459.351)
Materiais de tratamento	(502.888)	(576.871)	(503.771)	(577.639)
Serviços de terceiros	(2.818.408)	(2.724.158)	(2.825.935)	(2.731.452)
Energia elétrica	(1.523.561)	(1.571.126)	(1.534.547)	(1.575.022)
Despesas gerais	(859.793)	(2.243.170)	(867.937)	(2.243.861)
Depreciação e amortização	(2.203.829)	(2.671.709)	(2.208.762)	(2.676.642)
Despesas tributárias	(93.743)	(79.462)	(92.441)	(81.156)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 10 (c))	(61.450)	(557.126)	(62.067)	(557.789)
Total	**(25.774.516)**	**(20.361.245)**	**(25.815.313)**	**(20.389.889)**

32 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas Financeiras				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda nacional	(3.456.991)	(1.360.747)	(3.456.991)	(1.360.747)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira	-	(120.272)	-	(120.270)
Outras despesas financeiras	(843.393)	(758.109)	(842.332)	(758.703)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	(134.258)	-	(134.258)
Outras variações monetárias	(41.760)	(8.888)	(41.988)	(15.046)
Juros e variações monetárias sobre provisões	115.533	(312.280)	115.533	(312.280)
Total de despesas financeiras	**(4.226.611)**	**(2.694.554)**	**(4.225.778)**	**(2.701.304)**
Receitas Financeiras				
Variações monetárias ativas	1.816.862	296.915	1.816.875	296.916
Rendimento de aplicações financeiras	1.345.679	551.682	1.347.002	552.168
Juros ativos	455.777	277.690	456.090	264.892
PIS e COFINS	(168.079)	(69.918)	(168.079)	(69.918)
Outras	10	93	11	93
Total de receitas financeiras	**3.450.249**	**1.056.462**	**3.451.899**	**1.044.151**
Financeiras. líquidas antes das variações cambiais	**(776.362)**	**(1.638.092)**	**(773.879)**	**(1.657.153)**
Variações cambiais				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(525.624)	-	(525.624)
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros derivativos e marcação a mercado	(123.880)	315.079	(123.880)	315.079
Variação cambial sobre ativos	-	46	-	46
Outras variações cambiais	(11)	-	(11)	-
Variações cambiais. líquidas	**(123.891)**	**(210.499)**	**(123.891)**	**(210.499)**
Financeiras líquidas	**(900.253)**	**(1.848.591)**	**(897.770)**	**(1.867.652)**

Política contábil

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros e atualizações monetárias, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, Parceria público-privada e compromissos contratos de programa e são calculadas usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

33 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras receitas operacionais. líquidas[1]	505.354	59.063	507.014	59.063
Outras despesas operacionais	(232.283)	(339.513)	(232.283)	(339.513)
Outras receitas (despesas) operacionais. líquidas	**273.071**	**(280.450)**	**274.731**	**(280.450)**

[1]Inclui reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos relacionados a PIS e COFINS decorrentes das atividades ordinárias da Companhia. Vide Nota 20.

As outras receitas operacionais compõem-se de receitas nas vendas de ativo imobilizado, direito de energia elétrica, além de indenizações e ressarcimento de despesas, multas contratuais e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do PURA, contrato de exclusividade e comissões bancárias.

As outras despesas operacionais, usualmente, registram baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perdas do ativo imobilizado, perdas estimadas com ativos operacionais e com indenizações de ativos. Em 2025 houve o reconhecimento de R$ 38.260 relativo a baixa de ativos operacionais.

34 Compromissos

A Companhia possui contratos voltados à administração e manutenção de suas atividades, bem como à construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir são apresentados os principais valores compromissados, não reconhecidos, em 31 de dezembro de 2025:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	6.173.235	3.844.890	1588.794	3.648.971	15.255.890
Obrigações contratuais - Investimentos	13.116.128	8.356.462	1.852.640	452.305	23.777.535
Total	**19.289.363**	**12.201.352**	**3.441.434**	**4.101.276**	**39.033.425**

35 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total das adições do imobilizado (Nota 16 (b))	291.990	100.728	291.990	100.728
Total das adições de ativo de contrato (Nota 13)	16.677.794	6.670.657	16.684.564	6.675.914
Total das adições do intangível (Nota 14 (b))	3.207	2.862.651	3.207	2.862.651
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(3.237.768)	(1.608.499)	(3.239.369)	(1.608.619)
Total das adições no intangível e ativo de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	**13.735.223**	**8.025.537**	**13.740.392**	**8.030.674**
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível. mas não envolveram caixa:				
Juros capitalizados no período (Nota 13 (a))	820.213	564.302	820.213	564.302
Empreiteiros a pagar	2.417.014	748.088	2.418.615	748.088
Contrato de performance	-	72.205	-	72.205
Direito de uso	541	84.048	541	84.048
Margem de construção (Nota 13)	-	139.856	-	139.976
Total	**3.237.768**	**1.608.499**	**3.239.369**	**1.608.619**

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Companhia adotou como política contábil para a apresentação dos juros e dividendos na Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) da seguinte forma:

- Juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais, por representarem custos financeiros associados ao ciclo operacional e à manutenção do capital de giro da Companhia.

- Dividendos recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento, uma vez que constituem retornos sobre participações societárias e demais investimentos.

- Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento, por representarem remuneração aos acionistas relacionada à estrutura de capital da Companhia.

A escolha dessa política contábil foi realizada com base na relevância das informações para os usuários das demonstrações financeiras e na busca por consistência com a natureza econômica das transações e com as práticas de mercado.

A Companhia manterá essa política de forma consistente nos períodos subsequentes, salvo se houver alteração relevante nas operações ou nas normas contábeis aplicáveis que justifique revisão.

36 Eventos subsequentes

A/B Bond - Inter-American Investment Corporation

Em 27 de janeiro de 2026 Companhia contratou financiamento junto ao *Inter-American Investment Corporation*, no valor total de US$ 1.500.000 mil, dividido em (a) US$ 150.000 mil (Financiamento A); e (b) US$ 1.350.000 mil (Financiamento B). Os desembolsos ocorrerão de tempos em tempos, conforme previsto no *Loan Agreement*, sendo certo que o Financiamento A será inicialmente desembolsado em parcela única, com vencimento final em 2038 e o Financiamento B será inicialmente desembolsado em duas parcelas, uma com vencimento em 2031 e a outra em 2036.

Os Financiamentos foram contratados no âmbito de uma operação estruturada, com a vinculação do Financiamento B como lastro para a emissão de *blue senior secured notes* (Blue Bonds) a serem emitidos, em duas séries, pela Nova Securitisation S.À.R.L, sociedade de responsabilidade limitada (*societé à responsabilité limitée*), constituída em Luxemburgo. Os Blue Bonds foram precificados, sendo a série com vencimento final em 2031, no montante total de principal de US$ 850.000 mil, precificada a 5,750%, e a série com vencimento final em 2036, no montante total de principal de US$ 500.000 mil, precificada a 6,500%, os quais terão a sua listagem no mercado Euro MTF da *Luxembourg Stock Exchange*.

Os Blue Bonds foram colocados no mercado internacional e ofertados somente a investidores institucionais qualificados residentes nos Estados Unidos da América (EUA), com base na regulamentação emitida pela Securities and Exchange Commission, especificamente, a "Rule 144A", que também sejam "qualified purchasers" (conforme definido no regulamento do Investment Company Act); e, nos demais países, exceto no Brasil e nos EUA, com base na "Regulation S" da Lei de Valores Mobiliários dos EUA de 1933, em ambos os casos, os investidores também deverão ser considerados "compradores elegíveis" (*eligible purchasers*) (conforme definido nos documentos da operação dos Blue Bonds).

Os recursos obtidos com a operação serão destinados a projetos atrelados ao cumprimento, pela Companhia, das metas de universalização do saneamento básico no estado de São Paulo, incluindo a construção e melhorias de estações de tratamento de esgoto e a expansão de sistemas de coleta.

Saneamento de Mirassol – Sanessol

Em 27 de janeiro de 2026 a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (Contrato) com a Iguá Saneamento S.A. (Iguá) para a aquisição de ações ordinárias equivalentes a 90% do capital social da sociedade Saneamento de Mirassol – Sanessol S.A. (Sanessol).

A aquisição da participação societária na Sanessol foi proposta pela Sabesp, inserindo-se na estratégia da Companhia de expansão de sua atuação e consolidação no setor de saneamento no Brasil, em linha com seu foco na prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida da Sanessol no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 62.720 mil.

A conclusão da transação está sujeita à verificação de condições precedentes, comumente praticadas pelo mercado nesse tipo de operação, incluindo sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A Sanessol tem como objeto social a prestação de serviços públicos de água e esgoto e é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Mirassol, estado de São Paulo, atendendo uma população de aproximadamente 65 mil habitantes.

38ª emissão de debêntures simples

Em 10 de fevereiro de 2026 foi aprovada a realização da 38ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 5 séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, no montante total de R$ 6.292.086. A Oferta será destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, e o processo de estruturação da Oferta e distribuição das Debêntures será conduzido por instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob regime de garantia firme de colocação.

EMAE

No dia 21 de janeiro de 2026 ocorreu a conclusão da operação envolvendo a aquisição de 11.009.550 ações ordinárias de emissão da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAE"), representativas de, aproximadamente, 74,9% do capital social votante e, aproximadamente, 29,79% do capital total da EMAE, nos termos do contrato de compra e venda celebrado com a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Vórtx"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Privada, de Phoenix Água e Energia S.A.

Nesta data, a Companhia pagou à Vórtx um preço por ação ordinária adquirida de R$ 62,00 à vista, em dinheiro, resultante da aplicação do CDI sobre o valor de R$ 59,33 por ação, totalizando a contraprestação de R$ 682.643.

Como resultado da conclusão da referida operação, nos termos da regulação aplicável, a Companhia, em 02 de fevereiro de 2026, submeteu à CVM o pedido de registro de oferta pública para a aquisição das ações ordinárias remanescentes de emissão da Companhia por alienação de controle, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, bem como os artigos 45 e 46 da Resolução da CVM nº 215 de 10 de outubro de 2024, conforme alterada.

No dia 28 de janeiro de 2026 ocorreu a conclusão da operação envolvendo a aquisição de 14.856.900 ações preferenciais, nominativas, escriturais, e sem valor nominal de emissão da EMAE, representativas de, aproximadamente, 40,21% do capital social total e 66,80% das ações preferenciais de emissão da EMAE, nos termos do contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras ("Eletrobras") em 3 de outubro de 2025.

Ainda em 28 de janeiro de 2026, a Companhia pagou à Eletrobras um preço por ação preferencial adquirida de R$ 32,07 à vista, em dinheiro, totalizando a contraprestação de R$ 476.461.

Com a consumação das operações com a Vortx e Eletrobras, a Companhia passou a deter ações representativas de 70,1% do capital social total da EMAE.

No dia 24 de fevereiro de 2026, a EMAE divulgou fato relevante informando que suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram adiadas, por conta da decisão da EMAE

de realizar apurações internas, com o objetivo de assegurar a adequada consistência técnica, a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras antes de sua divulgação. Ainda conforme fato relevante, a decisão de instaurar o referido procedimento foi adotada como medida de diligência diante da realização de transações com partes relacionadas entre a EMAE e o antigo controlador, e da existência de investimentos da EMAE, no montante de aproximadamente R$ 144 milhões, em valores mobiliários de emissão de instituições integrantes do conglomerado do Banco Master.

Estas apurações internas possuem previsão de conclusão de aproximadamente 100 dias, sendo estimada a divulgação de suas demonstrações financeiras até 31 de maio de 2026. Diante desses fatos, a Companhia ainda não concluiu a mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e da contraprestação contingente. Consequentemente, determinados itens de divulgação requeridos pelo CPC 15 (R1) / IFRS 3 não podem ser apresentados nesta data. O período de mensuração seguirá o prazo previsto nesta norma e as respectivas divulgações serão efetuadas tão logo os eventos descritos no parágrafo anterior sejam devidamente concluídos.

Por fim, no dia 12 março de 2026, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de cotas e outras avenças com o África Fundo de Investimento Multimercado Responsabilidade Limitada para aquisição, de 100% das cotas do Oceania Fundo de Investimento em Ações (“Oceania”) pelo valor de R$ 171.638.

O único ativo do Oceania são 3.407.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da EMAE, representativas de 23,17% das ações ordinárias da EMAE e de 9,22% do capital social total da EMAE.

O valor de aquisição foi pago à vista, no dia 13 de março de 2026, e corresponde ao preço por ação ofertado no âmbito da oferta pública de aquisição de ações ordinárias da EMAE, sob registro na CVM, por força do disposto no artigo 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (i.e., R$ 49,47, devidamente atualizado pela taxa SELIC até 11 de março de 2026, o que equivale a um preço por ação de emissão da EMAE de R$ 50,38).

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 16 de março de 2026.
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Carlos Augusto Leone Piani
Diretor-Presidente

Daniel Szlak
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Os Diretores da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 43.776.517/0001-80, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, Pinheiros, São Paulo, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 16 de março de 2026.
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Carlos Augusto Leone Piani
Diretor-Presidente

Daniel Szlak
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e, com base em análises efetuadas pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, considerando ainda, o Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes emitido sem ressalvas, datado de 16 de março de 2026, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 16 de março de 2026.

Aristóteles Nogueira Filho

Coordenador

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho *Conselheiro*

Hamilton Valente da Silva Junior

Conselheiro

Maria Salete Garcia Pinheiro

Conselheira

Fabio Aurélio Aguilera Mendes

Conselheiro

Aos Conselheiros de Administração da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, criado na reunião do Conselho de Administração de 26 de junho de 2006, é composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros que atendam cumulativamente aos requisitos de conhecimento técnico e disponibilidade de tempo. Em atendimento à *U.S. Securities and Exchange Commission* – SEC, o Comitê desempenha a função de *Audit Committee* da Sabesp, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na Reunião do Conselho de Administração de 01 de outubro de 2024, os Srs. Mateus Affonso Bandeira e Gustavo Rocha Gattass foram eleitos membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo o Sr. Mateus Affonso Bandeira designado como Coordenador e Especialista Financeiro, nos termos do parágrafo quarto do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia. Na Reunião do Conselho de Administração de 08 de novembro de 2024, os Srs. Eduardo Person Pardini e Saulo de Tarso Alves de Lara foram eleitos membros externos do Comitê de Auditoria, conforme previsto no parágrafo primeiro do artigo 17 do Estatuto Social da Sabesp.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 25/03/2025 a 16/03/2026, o Comitê realizou 14 reuniões formais com os diretores e demais executivos assim como empregados, auditores internos, auditores independentes e eventuais outros convidados. Cumpre ressaltar que, dessas reuniões, três foram realizadas em conjunto com o Conselho Fiscal.

As principais atividades desempenhadas pelo Comitê foram as seguintes:

- Revisão, aprovação e supervisão do plano anual de trabalho da Auditoria Interna;
- Monitoramento das provisões e contingências judiciais;
- Acompanhamento da gestão de riscos corporativos;
- Acompanhamento das atividades de conformidade;
- Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos;
- Canal de Denúncias: Acompanhamento das averiguações e das denúncias;
- Acompanhamento da averiguação de denúncia contra administradores;
- Acompanhamento das ações para remediação das fraquezas materiais reportadas pelos auditores externos;
- Supervisão da atuação dos auditores independentes;
- Acompanhamento das atividades da Comissão de Ética;
- Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;
- Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;
- Revisão do Relatório de Sustentabilidade;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- Revisão das Informações Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras, do Formulário de Referência, do Form 20-F e do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa;
- Avaliação de Regimentos Internos e Políticas Institucionais;
- Avaliação e monitoramento da adequação das Transações com partes relacionadas;
- Discussão sobre a audiência restrita para votação da proposta de revisão do Regulamento do Novo Mercado da B3; e
- Acompanhamento do orçamento empresarial.

Além disso, o Comitê convocou representantes de diversas áreas para acompanhar os seguintes itens: (i) Evolução do fluxo de caixa; (ii) Governança em compras; (iii) Desempenho dos planos previdenciários sob gestão da

SABESPREV; (iv) Segurança da informação; e (v) Sociedades de Propósito Específico – SPEs (partes relacionadas); entre outros.

Adicionalmente, foram realizados contatos por teleconferência ou por outros meios de comunicação entre os membros do Comitê, os Administradores da Companhia e Auditoria Interna e Auditoria Independente, para discussão de aspectos específicos pertinentes às responsabilidades do Comitê.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas variadas recomendações de ações de aprimoramento para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações propostas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A metodologia adotada pela Sabesp para a implantação e avaliação dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a Lei *Sarbanes-Oxley*.

A Administração da Sabesp é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Sabesp, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

O Comitê de Auditoria supervisionou as atividades relacionadas à implantação e avaliação dos controles internos por meio de apresentações das áreas responsáveis pelos controles e das constatações relatadas pelas Auditorias Interna e Independente.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses

profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Durante a condução dos trabalhos, o Comitê não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da BDO RCS Auditores Independentes e da Ernst & Young Auditores Independentes com relação à Sabesp. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, este informa ao Conselho de Administração que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a BDO RCS Auditores Independentes e a Ernst & Young em relação à Sabesp que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, o Comitê não identificou nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Sabesp, a Ernst & Young e o próprio Comitê de Auditoria em relação às DFs Sabesp 2025.

6. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA E ORÇAMENTO DA AUDITORIA INTERNA

O Comitê de Auditoria avaliou a estrutura e orçamento da Auditoria Interna, que foram considerados adequados ao desempenho de suas funções. Tal avaliação foi efetuada em atendimento ao Art. 23 do Regulamento do Novo Mercado.

7. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Sabesp, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e, por ser listada na *The New York Stock Exchange - NYSE*, as normas emitidas pela *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC* e *Lei Sarbanes-Oxley*.

O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as respectivas informações trimestrais.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as normas emitidas pela *SEC* e Lei *Sarbanes-Oxley*.

8. CONCLUSÕES

As opiniões e julgamentos do Comitê dependem das informações que são apresentadas pela Sabesp, em particular dos Administradores e dos demais executivos das áreas de Contabilidade, Jurídica, Auditoria Interna, Compliance, Riscos e Controles Internos, e outras eventualmente envolvidas, além dos Auditores Independentes. O Comitê julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

São Paulo, 16 de março de 2026.

Mateus Affonso Bandeira
Coordenador

Gustavo Rocha Gattass
Membro

Eduardo Person Pardini
Membro

Saulo de Tarso Alves de Lara
Membro